

Estudos sobre as Mulheres e Biografias no Feminino

Contributos de Maria
Reynolds de Sousa



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

Estudos sobre as Mulheres e Biografias no Feminino

Contributos de Maria
Reynolds de Sousa

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
Lisboa, 2015

Título:

Estudos sobre as mulheres
e biografias no feminino:
contributos de Maria
Reynolds de Sousa

Autoria:

Comissão para a Cidadania
e a Igualdade de Género

Organização:

Ana Borges
Fátima Duarte
Leonor Gaspar Pinto

**Pesquisa e textos
complementares:**

Ana Borges

Revisão bibliográfica:

Isabel Campos
Maria José Geraldes

Textos:

*Voto feminino, primeiras
parlamentares e cidadãs:
relendo Maria Reynolds
de Souza*

João Esteves

Testemunhos

Ana Vicente
Dina Canço
Fátima Duarte
Isabel de Castro
Leonor Beleza
Maria do Céu Cunha Rêgo
Maria Regina Tavares da Silva
Teresa Alvarez
Teresa Pinto
Zília Osório de Castro

Preparação da Edição:

Divisão de Documentação
e Informação, CIG

Design e arte-final:

Mafalda Matias

Impressão e acabamento:

Palmigráfica, Artes Gráficas, Lda.

Tiragem:

500 exemplares

ISBN:

978-972-597-394-3 (impresso)
978-972-597-395-0 (pdf)

Depósito Legal:

388698/15

**COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO**

<http://www.cig.gov.pt>

Av. da República, 32 – 1.º
1050-193 LISBOA – PORTUGAL
Tel.: (+351) 217 983 000
Fax: (+351) 217 983 099
E-mail: cig@cig.gov.pt

Delegação do Norte:

Rua Ferreira Borges, 69 – 3.ºF
4050-253 PORTO – PORTUGAL
Tel.: (+351) 222 074 370
Fax: (+351) 222 074 398
E-mail: cignorte@cig.gov.pt

*Podem ser reproduzidos pequenos
excertos desta publicação,
sem necessidade de autorização,
desde que se indique a fonte.*

Índice

Nota prévia	7
-------------------	---

Voto feminino, primeiras parlamentares e cidadãs: relendo Maria Reynolds de Souza

João Esteves	11
--------------------	----

Testemunhos	38
-------------------	----

Ana Vicente	39
-------------------	----

Dina Canço	44
------------------	----

Fátima Duarte	47
---------------------	----

Isabel de Castro	49
------------------------	----

Leonor Beleza	53
---------------------	----

Maria do Céu Cunha Rêgo	57
-------------------------------	----

Maria Regina Tavares da Silva	58
-------------------------------------	----

Teresa Alvarez	63
----------------------	----

Teresa Pinto	66
--------------------	----

Zília Osório de Castro	71
------------------------------	----

Apontamento biográfico	77
------------------------------	----

Bibliografia de Maria Reynolds de Sousa	82
--	----

de 1976-1985, aprovado na Conferência do Ano Internacional da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas, etapa considerada fundamental para que mulheres e homens assumam co-responsavelmente todas as funções que cabem aos cidadãos, aos vários níveis da estrutura social.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º A Comissão da Condição Feminina, adiante designada por Comissão, fica integrada na Presidência do Conselho de Ministros e na dependência do Primeiro-Ministro ou do membro do Governo em quem delegar.

Art. 2.º A Comissão tem por objectivo apoiar todas as formas de consciencialização das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas praticadas, em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição.

Art. 3.º — 1 — São atribuições da Comissão:

- a) Promover acções que levem as mulheres a tomar consciência das condições de discriminação a que estão sujeitas e a assumir uma intervenção directa para o progresso do seu estatuto;
- b) Promover a tomada de consciência individual e colectiva da necessidade de uma nova concepção do papel das mulheres na sociedade;
- c) Tomar posição em processos concretos promovidos por mulheres visando a melhoria das suas condições de vida.

Nota prévia

Incrementar os Estudos sobre as Mulheres foi, sem dúvida, uma função da Comissão da Condição Feminina (CCF). Desde a sua criação, na década de 70 do século passado ¹, inspirada nos movimentos internacionais, a CCF foi protagonista de diferentes iniciativas inovadoras que visavam a melhoria progressiva da situação das mulheres, do seu estatuto e consequentemente, alcançar um patamar de igualdade com os seus parceiros masculinos. Visando esse objetivo, a CCF estimulou a investigação, a realização de estudos, a implementação de projetos e delineou, mesmo, o início de uma linha editorial de estudos sobre as mulheres. A produção de conhecimento, sobretudo sobre a vida das portuguesas, é fortemente incentivada e, nesta perspetiva, a CCF apresenta-se ao Colóquio *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Visão Histórica e Perspetivas Atuais* ², com duas comunicações. Maria Regina Tavares da Silva abordará “O tema «Mulher» em folhetos volantes portugueses” e Maria Reynolds de Sousa falará sobre “As primeiras deputadas portuguesas”. Na primeira é analisada a imagem das mulheres veiculada em folhetos ou papéis volantes que circulavam em Portugal desde o século XVI até ao século XX, a segunda vai debruçar-se sobre a chegada das mulheres ao parlamento português, pois “As primeiras mulheres a sentarem-se no parlamento marcam, em qualquer país do mundo, uma data histórica” ³, dando, assim, início a um profundo trabalho de pesquisa que se mantém até ao presente.

Desde esse tempo, já distante, a CCF, enquanto mecanismo nacional para a igualdade, foi promotora de um conjunto de iniciativas fundamentais para uma mudança qualitativa na vida da população, em geral, e das mulheres, em particular. Iniciativas, pioneiras muitas e únicas algumas, de que vale a pena destacar: os primeiros levantamentos sobre a situação das mulheres em Portugal,

1. Em regime de instalação entre 1975 e 1977, ano que ocorreu a institucionalização.

2. Colóquio da responsabilidade do Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, realizado em Coimbra, de 20 a 22 de março de 1985.

3. *As primeiras deputadas portuguesas* / Maria Reynolds de Sousa. In Colóquio *A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspetivas actuais*, Coimbra, 1985 – *Actas*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. Vol. 2, pp. 427.

bem como alguns dos primeiros estudos sobre as mulheres, que tentavam abarcar áreas tão díspares como o direito, a demografia e os fenómenos migratórios, o emprego, o desemprego, as diferenças salariais, a participação na vida sindical, cívica e política, a imprensa, a educação, a publicidade, entre muitas outras, que agora, sob a égide dos *Women Studies* e as novas possibilidades proporcionadas pela jovem democracia portuguesa, tinham a oportunidade de ser estudadas e de ganhar uma outra visibilidade. Datam, igualmente, daquela época a implementação de projetos com intervenção direta num Portugal sequioso de informação, de que se destaca *Planeamento Familiar em Portugal – um projecto de informação e educação*, um trabalho de dimensão inédita no nosso país, assim como a realização de inúmeros seminários e conferências. É contemporâneo o nascimento das suas três primeiras linhas editoriais, *Cadernos Condição Feminina* (1976), *Informar as Mulheres* (1979) e *Planeamento Familiar* (1979). Esta década vê ainda surgir uma quarta coleção *Mudar as Atitudes*, destinada à educação, área de trabalho de excelência, ainda hoje, da Comissão. Para este trabalho desbravador, de conhecimento mais profundo da realidade nacional, que constitui também a história desta instituição, muito contribuiu o empenhamento de Maria Reynolds de Sousa, assim como o de outros e outras colegas. É assim que, nas décadas seguintes, a Comissão vê implementadas novas iniciativas fundamentais como a realização, pela CCF, dos primeiros seminários enquadrados nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal, salientando-se tão só: os *Seminários Estudos sobre a Mulher* (1983), *a Mulher e o Poder* (1985), *As Mulheres, o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias* (1986), *As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional* (1989) e, já na década de 90, o *Congresso Internacional O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa* (1995), integrado nas atividades Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura, *Género e Desenvolvimento, Igualdade e Democracia na CPLP* (2004), não esquecendo a intensa participação nos fora internacionais. Muito do pioneirismo das iniciativas atrás enunciadas deve-se ao olhar visionário de Maria Reynolds de Sousa, tal como evidenciam os testemunhos que constam deste opúsculo.

Só a própria o saberá, mas o seu trabalho de investigação salda-se já em três décadas, sendo pois vasto. Persistentemente, Maria Reynolds de Sousa vai penetrando num período histórico nacional e refletindo sobre “a temática do sufrágio feminino durante o Estado Novo [que] não tem despertado tanto interesse, embora seja abordado em obras de carácter geral. Se é verdade que o voto e as eleições não eram assunto de relevância nessa época, nem por isso deixa de evidenciar-se uma faceta característica da política e dos políticos desse tempo”⁴. Num modo solitário da pesquisa, construiu um valioso acervo bibliográfico, que se encontra disperso, e que, reiterando as palavras de João Esteves “(...) quão importante seria que [os textos] fossem por si reunidos num só volume”. Pretende a CIG, com esta publicação, tornar-se o ponto de partida dessa outra.

A obra, que agora se edita, não seria possível sem o contributo empenhado do Mestre João Esteves e do trabalho de pesquisa da Divisão de Documentação e Informação (DDI). Igualmente se agradece ao Arquivo Histórico da Assembleia da República, à Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e, em particular, ao Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), à Fundação Cuidar o Futuro, pela cedência de imagens, e a quem partilhou recordações de uma atividade desenvolvida em comum, em prol do conhecimento na construção entre homens e mulheres.

⁴. Maria Reynolds de Sousa, *A Concessão do Voto às Portuguesas*, Lisboa, CIG, 2013, pp. 9.



Da esquerda para a direita:
**Domitila
de Carvalho,
Maria Cândida
Parreira,
Maria
Guardiola.**

Documentos cedidos pela
Assembleia da República/
Arquivo Histórico Parlamentar



Voto feminino, primeiras parlamentares e cidadãs: **relendo Maria Reynolds de Souza**

João Esteves

A 16 de dezembro de 1934, nas primeiras eleições em que mulheres foram eleitoras e elegíveis, afinal uma aspiração das feministas e sufragistas da 1ª República, a médica e professora **Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho**, a advogada **Maria Cândida Bragança Parreira** e a docente **Maria Baptista dos Santos Guardiola** tornaram-se, por indicação expressa de António de Oliveira Salazar (1889-1970), nas primeiras deputadas à Assembleia Nacional integrando as listas da União Nacional (UN), único partido do regime. Eram 3 em 90 eleitos e tinham, respetivamente, 63, 57 e 39 anos.

Por sua vez, **Clemência Dupin de Seabra** (1874-1936), industrial e comerciante de madeiras que tinha saudado com entusiasmo a implantação da República¹, encontrando-se, então, como empresária em Espanha, e **Maria José de Abreu do Couto de Amorim Novais** (1896-1982), proprietária, foram designadas Procuradoras à Câmara Corporativa (CC).

1. Fina d'Armada
– *As mulheres na implantação da República*. Lisboa: Esquilo, 2010, pp. 114-118.

Da esquerda para a direita:

**Maria José Novais,
Clemência Dupin
Seabra.**

Extrato do documento
cedido pelo ANTT.
Código de Referência: PT/TT/
EP JS/SF/001-001/0033/0048J



Até 25 de Abril de 1974, outros nomes femininos integraram as listas da União Nacional (1930-1970) e da Ação Nacional Popular (ANP, 1970-1974), participaram nas onze legislaturas do Estado Novo, apareceram como Procuradoras e incorporaram os Colégios Eleitorais do Presidente da República (1965, 1972), ainda que sem o mediatismo dos correligionários masculinos e, consequentemente, secundarizaram pela historiografia.

Numa pesquisa pioneira, metódica, rigorosa, exaustiva e fundamentada, Maria Reynolds de Souza [MRS], licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Assessora da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM, atualmente Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, CIG) e investigadora, rastreou, durante praticamente três décadas, cada uma dessas mulheres, entrelaçou o percurso familiar, académico, profissional, político, religioso e pessoal, individualizou as vozes no contexto de cada uma das Câmaras e recolocou-as na História, primeiro evocando “As primeiras deputadas portuguesas” no Colóquio *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Visão Histórica e Perspetivas Atuais*², ocorrido em Coimbra em 1985, já que “as primeiras mulheres a sentarem-se no Parlamento marcam, em qualquer parte do mundo, uma data histórica” [1986, II: 427], depois median-te verbetes inscritos em três dicionários (2004, 2005 e 2013).

Se a comunicação de 1985, arrojada e inovadora ao centrar-se nas três deputadas da I Legislatura (1935-1938), serviu de alavanca para o estudo das restantes parlamentares e mulheres dos Colégios Eleitorais até 1974, a Autora também perscrutou o longo e atribulado processo de *A concessão do voto às portuguesas*³ (2006), síntese imprescindível incluída na Coleção Fio de Ariana da responsabilidade da CIDM/CIG unindo, assim, eleitoras e eleitas, porque “o aparecimento

2. Maria Maria Reynolds de Sousa – “As primeiras deputadas portuguesas”. In *Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa – visão histórica e perspetivas atuais* – Actas. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. Vol.II, pp. 427-444.

3. Maria Reynolds de Souza, *A concessão do voto às portuguesas – breve apontamento*. Lisboa: CIDM, 2006.

de mulheres num parlamento foi sempre historicamente precedido de uma luta geralmente longa e árdua para que às mulheres fossem reconhecidos os direitos políticos, nomeadamente o de poderem eleger e serem eleitas” [1986, II: 427].

Embora parte substancial da sua obra esteja, simultaneamente, dispersa e concentrada em dicionários, o que pode condicionar um entendimento global do seu contributo, ela afigura-se una pela complementaridade e coerência subjacente a cada e a todos os textos. Nos últimos escritos (2013), Maria Reynolds de Souza abriu o ciclo de biografias a outras vivências femininas do século XX, sendo desejável que, tão breve quanto possível, lhe dê continuidade.

1. Dicionários e entradas

As entradas, biográficas (44) e temáticas (3), encontram-se repartidas por três dicionários, todos do século XXI: *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*⁴ [2004-2005], *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*⁵ [2005] e *Feminae – Dicionário Contemporâneo*⁶ [2013].

No *Dicionário Biográfico Parlamentar* [DBP] é autora dos verbetes de dezanove Deputadas à Assembleia Nacional (D), em vinte e dois possíveis, e dos das seis Procuradoras à Câmara Corporativa (P), ordenados pelo apelido: “ALBUQUERQUE, Maria de Lurdes Filomena Figueiredo de” (D) [DBP, I: 107-108]; “ALMEIDA, Alda da Conceição Dias Carreira de” (D) [DBP, I: 113-114]; “BEIJA, Luzia Neves Pernão Pereira” (D) [DBP, I: 248-251]; “BOTELHO, Maria Leonor Correia” (D) [DBP, I: 274-277]; “CARVALHO, Domitila Hormizinda Miranda de” (D) [DBP, I: 363-365]; “GAMA, Maria Ângela Alves de Sousa Craveiro da” (D) [DBP, I: 695]; “GARCIA, Maria Luísa Frederica Meneses Moreira Ressano” (P) [DBP, I: 700-701]; “GERSÃO, Virgínia Faria” (D) [DBP, I: 707-709]; “GUARDIOLA, Maria Baptista dos Santos” (D) [DBP, I: 741-746]; “LEAL, Maria Joana Mendes” (P) [DBP, I: 802-803]; “LELLO, Lia Maria Mesquita Bernardes Pereira” (D) [DBP, I: 814-815]; “LE MOS, Maria Ester Guerne Garcia de” (D) [DBP, I: 816-820]; “LOBO, Maria Teresa de Almeida Rosa Cárcomo” (D) [DBP, I: 841-842]; “LOPES, Custódia” (D) (P) [DBP, I: 849-851]; “MARVÃO, Josefina da Encarnação Pinto” (D) [DBP, II: 75-76]; “NOVAIS, Maria José de Abreu do Couto de Amorim” (P) [DBP, II: 237-238]; “OLIVEIRA, Maria de Lurdes Cardoso de Meneses” (D) [DBP, II: 273-274]; “OLIVEIRA, Maria Luísa de Almeida Fernandes Alves de” (D) [DBP, II: 274-275]; “PARREIRA, Maria Cândida Bragança” (D)

4. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e de António da Costa Pinto. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. 2 v.

5. *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, direção de Zília Osório de Castro e João Esteves. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

6. *Feminae – Dicionário Contemporâneo*, direção de João Esteves e de Zília Osório de Castro. Lisboa: Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género, 2013.

[DBP, II: 293-295]; "PINTASILGO, Maria de Lurdes Ruivo da Silva Matos" (P) [DBP, II: 345-351]; "SEABRA, Clemência Dupin de" (P) [DBP, II: 545]; "TORRES, Sinclética Soares dos Santos" (D) [DBP, II: 709-711]; "VAN ZELLER, Maria Luísa de Saldanha da Gama" (D) [DBP, II: 727-731]; "VASCONCELOS, Maria Clementina Moreira da Cruz de Almeida Azevedo e" (D) [DBP, II: 736-737].

As informações reportam-se ao trajeto e às atividades de cada uma, não cessando em 1974, com o fim abrupto do regime, permitindo perceber a forma como reorganizaram a vida – pessoal, geográfica, profissional, espiritual e política – em Democracia e, nalguns casos, retomaram projetos e concretizaram anseios. Se há 24 entradas é porque Custódia Lopes integrou, em legislaturas distintas, a AN e a CC.

No *Dicionário no Feminino* [DF] há nove entradas biográficas e três temáticas da autoria de Maria Reynolds de Souza, estando, neste caso, ordenadas pelo primeiro nome: "Clemência Dupin de Seabra" [DF: 222]; "Custódia Lopes" [DF: 259-260]; "Deputadas à Assembleia Nacional (1935-1974)" [DF: 264-275]; "Maria Cândida Bragança Parreira" [DF: 601-602]; "Maria de Lurdes Figueira Freire Salinas da Silva Bruschy" [DF: 646-647]; "Maria José de Abreu do Couto de Amorim Novais" [DF: 705]; "Maria Leonor Correia Botelho" [DF: 715-717]; "Maria Luísa de Saldanha da Gama Van Zeller" [DF: 724-727]; "Maria Luísa Frederica Menezes Moreira Ressano Garcia" [DF: 728-729]; "Mulheres nos Colégios Eleitorais do Presidente da República em 1965 e 1972" [DF: 781-787]; "Procuradoras à Câmara Corporativa (1935-1974)" [DF: 818-824]; "Virgínia Faria Gersão" [DF: 886-888].

Se "apenas" se constata um nome divergente em relação ao *Dicionário Biográfico Parlamentar* – Maria de Lurdes Figueira Freire Salinas da Silva Bruschy –, as três entradas temáticas são de particular relevância pela abrangência da síntese e por exporem nomes femininos incluídos nos Colégios Eleitorais do Presidente da República de 1965 (Maria da Paz Duarte Fonseca de Magalhães, Maria Joana Lopes Perdigão Correia, Susana Rodrigues de Almeida) e de 1972 (Gilda Ferreira Carvalho de Azevedo, Helena Moreira Duarte Carvalhão, Maria Adelina da Conceição Maia Júlio, Maria Augusta Pereira d'Eça d'Agorreta d'Alpuim, Maria Francisca Judite Pinto da Costa Leite de Sá Carneiro (Lumbrals), Maria José Teixeira de Vasconcelos do Lago Cerqueira, Maria Violante Matos Queirós e Melo).

Para as entradas das parlamentares destes dois dicionários, Maria Reynolds procedeu à consulta dos *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa 1935-1974*, das *Atas da Câmara Corporativa*, do *Boletim de Registo Biográfico dos Procuradores à Câmara Corporativa 1935 a 1973*, do *Diário das Sessões 1935-1974*, do *Diário do Governo*, do *Obituário da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa*, dos *Pareceres da Câmara Corporativa 1935-1974*, do *Registo Biográfico dos Dignos Procuradores*, do *Registo Biográfico dos Senhores Deputados 1935-1974* e recolheu os

testemunhos de Ester de Lemos, Josefina Marvão, Lia Lello, Luzia Beija, Margarida Craveiro Lopes dos Reis, Maria Ângela da Gama, Maria Clementina Vasconcelos, Maria de Lurdes Albuquerque, Maria de Lurdes Oliveira e Maria Luísa Alves de Oliveira. Apenas Maria Teresa Lobo recusou ser interpelada. Porque se tratam de registos orais provavelmente únicos, importa ainda assinalar que a Autora ouviu familiares de outras ex-parlamentares: Custódia Lopes, Maria Guardiola, Maria José Novais, Maria Leonor Correia Botelho, Maria Luísa Ressano Garcia, Maria Luísa Van Zeller e Virgínia Gersão.

A última obra de referência, *Feminae – Dicionário Contemporâneo* [F-DC], inclui mais onze biografias: “Aurora de Oliveira Fonseca” [F-DC: 130-131]; “Mafalda Ermelinda de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e Almeida” [F-DC: 480-482]; “Maria Camila Schröter Viana Carneiro Pacheco” [F-DC: 519]; “Maria da Graça Pinto Braga Heitor Catarino” [F-DC: 573-574]; “Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo” [F-DC: 587-594]; “Maria Isabel Cortez Pinto Pimentel” [F-DC: 640-642]; “Maria José de Mendonça” [F-DC: 651-654]; “Maria Madalena de Azevedo Duarte de Sousa Gerbert” [F-DC: 684]; “Maria Madalena Valdez Trigueiros de Martel Patrício” [F-DC: 684-686]; “Maria Teresa Navarro” [F-DC: 713]; “Teresa Paula de Oliveira Ricou” [F-DC: 889]. Apenas o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo já merecera apontamentos nos dicionários anteriores, sendo que neste texto perpassa o essencial da sua vida política e pública, suportada por uma bibliografia exaustiva dos principais estudos que a ela se referem publicados até 2012.

Numa prosa clara, concisa e objetiva, Maria Reynolds de Souza desvenda a vida pública de cada biografada, elucidando a naturalidade, datas, filiação, ambiente familiar, estrato social, educação, estudos, estado civil, profissão, percurso profissional, crenças, militância associativa e política, intervenção cívica, episódios marcantes e destaques parlamentares. E quando a «domina», ainda se abalança a retratá-la quanto ao caráter, emoções e sentimentos, não enveredando por juízos pejorativos. E porque são, maioritariamente, mulheres que se moveram no contexto



político do Estado Novo e com fortes convicções cristãs e católicas, os textos da Autora também contribuem para a apreensão de parte da sociedade daquela época, nomeadamente de certa elite.

Cada uma das quarenta e sete entradas, umas mais sintéticas, outras mais elaboradas e desenvolvidas, dependendo da durabilidade e intensidade das vivências, merece releitura atenta tanto são os conteúdos – alguns inéditos porque recolhidos junto das protagonistas ou resultam de memórias pessoais – disponibilizados ao/a leitor/a, seja ele/a fortuito/a, curioso/a, estudante ou investigador/a. Sem pretensões de exaustividade, repescam-se aqui dados, factos, percursos, histórias de vida e interpretações, facultando uma espécie de roteiro pela obra da Autora. Os parêntesis retos no final de cada nome indicam a fonte em causa.

2. As Deputadas à Assembleia Nacional (1935-1974)

Durante trinta anos, entre 1935 e 1974, sentaram-se no hemiciclo da Assembleia Nacional vinte e duas deputadas eleitas nas onze legislaturas: 3 na I e II; 2 na III à VII; 3 na VIII, IX e X; 9 na XI.



Alda da Conceição Dias Carreira de Moura de Almeida (Peso, Vila de Rei, 26/07/1923) [XI Legislatura / 1973-1974, Círculo nº 28 – Moçambique]. Professora com Magistério Primário e Curso Complementar de Histórico-Filosóficas da U. de Coimbra. Vivia em Moçambique quando foi eleita, sendo diretora do Colégio Luís de Camões na cidade da Beira e vogal da Comissão Distrital da ANP. No breve desempenho parlamentar, interveio sobre educação [DBP, I: 113-114].

Custódia Lopes (Lourenço Marques, 18/08/1919 – Lisboa, 199?) [VIII, IX, X / 1961-1973, Círculo nº 28, Moçambique]. Professora efetiva, licenciada em Filologia Clássica com Exame de Estado. De origem africana pela mãe, filha de grandes

proprietários, tornou-se “«a primeira mulher portuguesa do Ultramar» a ocupar um lugar na AN”. Nos doze anos de “intensa atuação parlamentar”, interveio em assuntos relacionados com a sua terra, a educação, a língua portuguesa, a política ultramarina e interessava-se “manifestamente pelas questões das mulheres” [DF: 259].

Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho (Travanca da Feira, Aveiro, 10/04/1871 – Lisboa, 1966) [I, II / 1935-1942]. Médica e professora. Primeira mulher a frequentar a U. de Coimbra, onde se formou em Matemática, Filosofia e Medicina. Dirigiu, em 1906, o primeiro Liceu Feminino de Lisboa – Maria Pia, mais tarde Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, onde foi professora até 1941. Designada para funções sobre a educação e instrução públicas, era “amiga da Rainha D. Amélia, católica convicta, fascinada pela figura do Sidónio” e “«devotada admiradora de Salazar»”. Eleita em 1934, “a sua opinião sobre o «voto da mulher» era, curiosamente, a de «nem eleitora, nem elegível»”. A passagem pelo hemiciclo não passou despercebida, sendo que a primeira intervenção terá sido “a mais notável, objetiva e cientificamente fundamentada”, sendo, daí em diante, “mais vagas, poéticas e politicamente orientadas” [DBP, I: 363-365].



Da esquerda para a direita:

**Alda Moura de Almeida,
Custódia Lopes,
Josefina Marvão,
Lia Lello,
Luzia Beija.**

Documentos cedidos pela
Assembleia da República/
Arquivo Histórico Parlamentar

Josefina da Encarnação Pinto Marvão (Capeio, Angola, 02/09/1939) [XI / 1973-1974, Círculo nº 12 – Portalegre]. Funcionária Pública. Coursou Serviço Social e Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa. Filiada na ANP, pertenceu à Comissão Executiva do seu I Congresso [DBP, II: 75-76].

Lia Maria Mesquita Bernardes Pereira Lello (Porto, 22/08/1935) [XI / 1973-1974, Círculo nº 13 – Porto]. Viúva, quando foi eleita tinha o 7º ano do Liceu e era Administradora da Editora Lello & Irmão. Teve breve atividade parlamentar [DBP, I: 814-815].

Luzia Neves Pernão Pereira Beija (Ponte de Sor, 29/07/1919) [X / 1969-1973, Círculo de Setúbal]. Assistente Social, desligou-se da atividade profissional com

o casamento. Com a morte do marido, governador-civil de Setúbal, integrou a lista local à AN e recusou o convite para um segundo mandato. Pertenceu à ANP [DBP, I: 248-251].

Maria Ângela Alves de Sousa Craveiro da Gama (Bustos, Oliveira do Bairro, 10/07/1929) [XI / 1973-1974, Círculo nº 15 – Setúbal]. Assistente Social, com Curso Geral e Complementar de Serviço Social e licenciatura no ISCSPU. Vereadora da Câmara Municipal de Setúbal, onde residia, e Vogal da Comissão Concelhia da ANP [DBP, I: 695].

Maria Baptista dos Santos Guardiola (Bragança, 13/01/1895-1987) [I, II, III, V / 1935-1945, 1949-1953, Círculo de Lisboa]. Coursou o Magistério Primário, licenciou-se em Matemática pela U. de Coimbra e exerceu a docência nos liceus Infanta D. Maria, Garrett, Carolina Michaëlis, Maria Amália Vaz de Carvalho, no qual foi reitora até 1946, e Rainha D. Leonor, onde exerceu o mesmo cargo. Integrou, o Conselho Superior de Instrução Pública e a Junta de Educação Nacional, desempenhou, de 1938 a 1974, o cargo de Vice-Presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e foi a primeira Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina (1938-1968). Entusiasta do Estado Novo,

Da esquerda para a direita:

**M. Ângela da Gama,
Maria Clementina
Vasconcelos,
Maria de Lourdes
Oliveira,
Maria de Lourdes
Albuquerque,
Ester de Lemos.**

Documentos cedidos pela
Assembleia da República/
Arquivo Histórico Parlamentar



“sóbria e profissional, as suas intervenções circunscreveram-se, praticamente, a questões de educação e de ensino, não se desviando do seu campo de competência; o seu discurso é claro, estruturado, conciso”. Maria Reynolds caracteriza-a como “austera e distante” e, se “não foi uma figura popular”, “nem por isso deixou de ser uma das personalidades que maior influência exerceu na educação de toda uma geração de raparigas” [DBP, I: 741-746].

Maria Cândida Bragança Parreira (Lisboa, 16/01/1877 – Lisboa, 28/07/1942) [I / 1935-1938]. Advogada, escritora e conferencista, católica, “temperamental e bem-falante”, era “adepta decidida do Estado Novo”. Pronunciou-se contra o divórcio e as sociedades secretas, apoiou a criação das Casas dos Pescadores e

a reforma do Ministério da Instrução, discutiu a lei do inquilinato, congratulou-se com uma “prisão-maternidade e creche” e propôs que empregadas e assalariadas “com mais de um ano de bom e efetivo serviço fossem dispensadas do trabalho durante trinta dias por ocasião do parto e lhes fosse concedido «um subsídio igual, pelo menos, a um terço do ordenado ou salário respetivo»” [DF: 601-602].

Maria Clementina Moreira da Cruz de Almeida de Azevedo e Vasconcelos (Porto, 08/12/1915 – Lisboa, 04/05/2009) [XI / 1973-1974, Círculo nº 11 – Lisboa]. Professora. Frequentou o Liceu Carolina Michaëlis, cursou Direito na U. de Coimbra e a Fundação Ricardo Espírito Santo. Colaboradora da MPF e da OMEN, pertenceu à ANP, sendo a primeira mulher nomeada para a Comissão Central (1971), e integrou a edilidade lisboeta tornando-se a sua primeira vereadora (1972). Convidada por Marcelo Caetano para ser deputada, participou, enquanto tal, em “reuniões sobre as questões das mulheres não só em Portugal, como também na África austral, em Joanesburgo, Rodésia, Angola e Moçambique (1973-1974), organizadas por associações para a promoção da mulher”. Membro, “a título pessoal, do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres” [DBP, II: 736-737].



Maria de Lourdes Cardoso de Meneses Oliveira (Moimenta da Beira, 06/05/1928) [XI / 1973-1974, Círculo de Faro]. Licenciada em Físico-Químicas com Exame de Estado. Professora efetiva e diretora da Seção Feminina do Liceu Nacional de Faro, localidade onde integrava a ANP [DBP, II: 273-274].

Maria de Lourdes Filomena Figueiredo Albuquerque (Pondá, Goa, 18/11/1929) [IX / 1965-1969, Círculo nº 25 – Índia]. Educada em Goa e na Índia inglesa, viveu doze anos em Moçambique antes de ser deputada. De “personalidade forte, eloquente e convicta”, foi a “primeira mulher não licenciada a sentar-se no Parlamento português”, onde interveio sobre a situação dos goeses. Colaboradora da MPF [DBP, I: 107-108].

Maria Ester Guerne Garcia de Lemos (Carvalhal, Bombarral, 02/11/1929) [IX / 1965-1969, Círculo de Lisboa]. Professora. Licenciada em Filologia Românica pela U. de Lisboa, onde foi assistente da Faculdade de Letras (1957-1963, 1971-1974). "Cristã convicta" e "uma resoluta defensora dos ideais do Estado Novo, pugnando pela educação e formação da juventude segundo essa ótica", discordou da atribuição do Prémio Camilo Castelo Branco a Luandino Vieira pela Sociedade Portuguesa de Escritores, deixando, por isso, de manter contacto com



Jacinto Prado Coelho, orientador da tese de doutoramento inacabada. Cumpriu um mandato, "cujo termo coincidiu com o ocaso de Salazar" [DBP, I: 816-820].

Maria Irene Leite da Costa (Paranhos, Porto, 16/06/1911-1996) [VII, VIII / 1957-1965, Círculo nº 11 – Lisboa].

Maria Leonor Correia Botelho (Escalos de Cima, Beira Baixa, 11/10/1915 – Lisboa, 22/11/1996) [V, VI / 1949-1957, Círculo nº 11 – Lisboa]. Assistente Social. Estudou em Santarém e Castelo Branco, cursou o Instituto de Serviço Social, fez Exame de Estado e obteve diplomas de pós-graduação. Bolseira do Instituto de Alta Cultura, para estudar o ensino do serviço social em França e na Bélgica, do Instituto de Cultura Hispânica e das Nações Unidas. Lecionou no âmbito da sua profissão, colaborou ativamente na OMEN e integrou a Secção Auxiliar Feminina da CVP. "Católica convicta", foi delegada junto da União Católica Internacional do Serviço Social e pertenceu à União Noelista Portuguesa, de que foi Vice-Presidente Nacional. Terá sido por indicação de Marcelo Caetano que chegou ao Parlamento, embora não pertencesse à UN. Interveio nas questões relacionadas com a família, trabalho feminino, abono de família, desenvolvimento do Serviço Social, habitação e rendas das casas, assistência medicamentosa, profilaxia da tuberculose, demografia e natalidade, salários, educação, cinema e espetáculos para menores, destacando-se "pela lucidez e coragem com que ousou chamar a atenção para situações sociais que considerava profundamente injustas e que

exigiam correção". Apercebeu-se, no segundo mandato, "de que se tornara uma voz incômoda e, efetivamente, não voltou a ser convidada para integrar a lista da UN" [DF: 715-717].

Maria Luísa de Almeida Fernandes Alves de Oliveira (Fazenda de Lutete, Angola, 14/08/1933) [XI / 1973-1974, Círculo nº 23 – Angola]. Professora. Filha de agricultor e criador de gado, "colaborou ativamente com os pais na exploração agrícola", "tirou o curso do 8º grupo de professores do ensino técnico e ciências



Da esquerda para a direita:

**Irene Leite da Costa,
M. Leonor Botelho,
M. Luísa de Oliveira,
M. Luísa Van Zeller,
Margarida dos Reis.**

Documentos cedidos pela
Assembleia da República/
Arquivo Histórico Parlamentar

pedagógicas", licenciou-se em Filologia Românica e fez Exame de Estado. Lecionou em Sá da Bandeira e Malanje e era coordenadora distrital do Movimento Nacional Feminino quando foi eleita, convidada pelo ministro Silva e Cunha. Foi a "oradora oficial no 40º aniversário da UN/ANP e do centenário da cidade de Malanje, o que contribuiu para que o então general Costa Gomes a convidasse a fazer a «alocução de exaltação» do dia 10 de junho de 1971 em Luanda" [DBP, II: 274-275].

Maria Luísa de Saldanha da Gama Van Zeller (Lisboa, 16/12/1906 – Lisboa, 04/03/1983) [II, III, IV / 1938-1949, Círculo de Lisboa]. Médica. Trabalhou em várias instituições, exerceu clínica privada, foi Diretora do Instituto Maternal e da Maternidade Alfredo da Costa, Subdiretora e Diretora-Geral de Saúde (1963-1971). Dirigente Nacional da Liga da Ação Católica Feminina, colaborou ativamente com a OMEN, MPF, LUCF (Liga Universitária Católica Feminina) e CVP. Convidada por Salazar para integrar a AN, refere-se no hemiciclo "aos problemas mais prementes das mulheres do seu tempo, assumindo-se, por vezes, como sua «representante»". "De estilo direto e conciso, bem estruturado e sem floreios, fala com rigor técnico revelador de profundo conhecimento dos assuntos que aborda, quase sempre relacionados com a sua atividade profissional": saúde, assistência, taxa de mortalidade infantil, profilaxia e tratamento da tuberculose, doenças venéreas, alcoolismo, assistência na gravidez, malefícios físicos e morais do aborto, proteção da trabalhadora grávida ou lactante, prostituição

e tráfico de brancas, abolição da prostituição regulamentada, assistência psiquiátrica, organização hospitalar, reorganização do ensino técnico profissional, recenseamento eleitoral (defendeu, em 1946, a manutenção do direito de voto à mulher casada). Dotada, segundo a Autora, “de inteligência clara e caráter íntegro, discreta e atenta aos necessitados”, defendia “empenhadamente os seus pontos de vista”. Propôs, em 1945, a criação de um Ministério da Saúde e Previdência Social [DF: 724-727].

da esquerda para a direita:

**Raquel Ribeiro,
Teresa Lobo.**

Documentos cedidos pela
Assembleia da República/
Arquivo Histórico Parlamentar



Maria Margarida Craveiro Lopes dos Reis (Lisboa, 20/12/1918) [VI, VII, VIII / 1953-1965, Círculo de Lisboa].

Maria Raquel Ribeiro (Cadaval, 16/03/1925) [X / 1969-1973, Círculo de Lisboa].

Maria Teresa de Almeida Rosa Cárcomo Lobo (Malanje, Angola, 18/02/1929) [XI / 1973-1974, Círculo nº 26 – Índia]. De ascendência goesa, estudou em Luanda, licenciou-se em Direito na U. de Lisboa e fez o curso complementar de Ciências Jurídicas. Notária em Macau, onde lecionou no Liceu, tornou-se “a primeira mulher a exercer um cargo governativo em Portugal: subsecretária de Estado da Saúde e Assistência” (21/08/1970-07/11/1973), sob a presidência de Marcelo Caetano. Membro do Conselho da Presidência, na AN foi Presidente da Comissão de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência [DBP, I: 841-842].

Sinclética Soares Santos Torres (Luanda, 24/06/1928) [IX, X, XI / 1965-1974, Círculo nº 23 – Angola]. Farmacêutica. “De ascendência africana”, foi “«criada e educada»” em Lisboa e cursou Farmácia na U. do Porto. Da atividade parlamentar “ressalta o empenho nas questões relacionadas com o ultramar, em especial com Angola, nomeadamente no que toca à educação”, estando em “sintonia com a política governamental, quer salazarista, quer caetanista” [DBP, II: 709-711].

Virgínia Faria Gersão (Cernache, Coimbra, 01/07/1896-25/11/1974) [IV / 1945-1949, Círculo de Lisboa]. Professora. Formada pela antiga Escola Normal de Coimbra e licenciada em Filologia Românica, lecionou português e francês no

Liceu Infanta D. Maria, onde era professora efetiva. “Muito considerada no campo da educação, tinha fama de excelente profissional” e o convite para deputada partiu de José dos Santos Bessa, médico pediatra, deputado na mesma legislatura e ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. As intervenções centraram-se no problema da tuberculose e em questões pedagógicas. Não voltou a ser convidada, regressando ao ensino. Tomou “a seu cargo e em sua casa, quatro sobrinhos órfãos” [DBP, I: 707-709].



da esquerda para a direita:
Sinclética Torres,
Virgínia Gersão.

Documentos cedidos pela
Assembleia da República/
Arquivo Histórico Parlamentar

Para além da individualização do percurso de cada uma e do desempenho em cada mandato (à exceção de três), Maria Reynolds de Souza abalçou-se a uma visão comparativa dos 22 nomes no escrito “Deputadas à Assembleia Nacional (1935-1974)” [DF: 264-275], numa súmula a merecer atenção a quem estude o Estado Novo e donde se extraíram as particularidades de seguida enunciadas.

Levadas para o Parlamento por Salazar, foram suas “adeptas entusiastas”, sobretudo “as deputadas das primeiras três ou quatro legislaturas, que muitas vezes o afirmaram nas suas intervenções”, sendo que o “entusiasmo inicial foi, porém, gradualmente passando a «confiança» no Chefe do Governo e, mais tarde, a apoio ao Estado Novo, à sua ideologia e à sua política”, assim como todas declararam “publicamente não serem feministas nem sufragistas, mas defensoras «da mulher», enquanto «mãe» e «esposa», valorizando o seu papel no seio da família e em função desta”. Embora nenhuma pertencesse à UN, seis eram filiadas na ANP (Alda Moura de Almeida, Josefina Marvão, Luzia Beija, Maria Ângela da Gama, Maria Clementina Vasconcelos, Maria de Lourdes Oliveira); uma pertenceu ao MNF (Maria Luísa de Oliveira); seis integraram a OMEN, a MPF ou foram suas colaboradoras (Domitila de Carvalho, Ester de Lemos, Margarida Craveiro Lopes dos Reis, Maria Guardiola, Maria Leonor Correia Botelho, Maria Luísa Van Zeller); e quase todas “eram figuras notáveis do catolicismo português, algumas filiadas ou mesmo com responsabilidades na Ação Católica e nas Noelistas [...] e conforme as respetivas

personalidades, afirmavam publicamente a sua fé religiosa, muitas vezes como fundamento e justificação das suas propostas". Marcelo Caetano, "que conhecia muitas das indigitadas, parece ter tido grande influência na escolha não só das Deputadas, como também das Procuradoras".

Tal como os colegas masculinos, as deputadas eram quase todas universitárias ou assistentes sociais: Maria de Lourdes Albuquerque foi a primeira a ter outro nível de habilitações (curso de línguas) e Lia Lello tinha o 7º ano do Liceu. Relevante é o facto de as primeiras terem sido recrutadas entre profissionais de renome e, quando iniciam o primeiro mandato, "todas exerciam uma profissão – exceto Margarida Craveiro Lopes dos Reis, assumidamente «dona de casa», embora fosse licenciada em Ciências Biológicas". Houve dez professoras (Alda Moura de Almeida, Custódia Lopes, Domitila de Carvalho, Ester de Lemos, Irene Leite da Costa – depois, diretora do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, Maria Clementina Vasconcelos, Maria de Lurdes Oliveira, Maria Guardiola, Maria Luísa Alves de Oliveira, Virgínia Gersão; cinco Assistentes Sociais (Josefina Marvão, Luzia Beija, Maria Ângela da Gama, Maria Leonor Correia Botelho, Raquel Ribeiro); duas médicas (Domitila de Carvalho, Maria Luísa Van Zeller); duas advogadas (Maria Cândida Parreira, Maria Teresa Lobo); uma farmacêutica (Sinclética Torres); uma adjunta de contabilidade (Maria de Lourdes Albuquerque); e uma administradora de empresa (Lia Lello, da editora Lello & Irmão). Com "a entrada das representantes dos círculos ultramarinos (IX Legislatura), parece, em contrapartida, evidenciar-se uma evolução que privilegiava a notoriedade de cariz político".

As eleitas das cinco primeiras legislaturas eram todas solteiras, sendo que no total houve dez (Custódia Lopes, Domitila de Carvalho, Josefina Marvão, Maria Cândida Parreira, Maria Guardiola, Maria Leonor Correia Botelho, Maria Irene Leite da Costa, Maria Luísa Van Zeller, Raquel Ribeiro, Virgínia Gersão); duas encontravam-se viúvas (Lia Lello e Luzia Beija); uma estava divorciada (Maria Teresa Lobo), curiosamente a que tinha integrado o governo marcelista; e as restantes nove eram casadas, tendo Margarida Craveiro Lopes dos Reis sido a primeira parlamentar «casada e mãe de família». Nove tinham filhos na altura em que entraram no hemiciclo: Ester de Lemos (3), Lia Lello (1), Luzia Beija (3), Margarida Craveiro Lopes dos Reis (6), Maria Ângela da Gama (6), Maria Clementina Vasconcelos (2), Maria de Lurdes Albuquerque (2), Maria de Lurdes Oliveira (4), Maria Luísa Oliveira (3 dos seus 4).

Quanto à idade, "8 Deputadas estavam na casa dos trinta anos; 10 situavam-se na década dos quarenta; 3, na dos cinquenta; e apenas 1 tinha mais de sessenta anos (Domitila de Carvalho)" e, embora "tivessem nascido em variadíssimos locais do Continente, residiam em Lisboa ou arredores as Deputadas das primeiras Legislaturas. Custódia Lopes foi a primeira oriunda do Ultramar, na VIII Legislatura; já

na IX, num total de 4 mulheres parlamentares, uma era de Goa (Maria de Lurdes Albuquerque), outra de Moçambique (Custódia Lopes), outra de Angola (Sinclética Torres) e só uma de Portugal continental (Ester de Lemos); porém, na efêmera XI Legislatura, das 9 deputadas, 5 tinham nascido ou vivido em África: Alda d'Almeida vinha de Moçambique; de Angola, vieram Josefina Marvão, Maria Luísa de Oliveira e Sinclética Torres; Maria Teresa Lobo, de ascendência goesa, nasceu em Angola, viveu em Macau e Moçambique antes de vir para Lisboa". Tal origem não seria um acaso já que, como evidencia Maria Reynolds de Souza, a "pressão internacional sobre a política ultramarina portuguesa influenciou, certamente, a escolha das deputadas de além-mar que, por seu lado, introduziram não só novos pontos de vista nas matérias em apreço na AN, mas também temas até então não abordados pelas parlamentares, que deixaram de se cingir às questões relativas a Portugal continental" [DF: 266].

Catorze permaneceram na AN durante uma legislatura (Ester de Lemos, Luzia Beija, Maria Cândida Parreira, Maria de Lourdes Albuquerque, Raquel Ribeiro, Virgínia Gersão e oito das nove deputadas que viram o mandato acabar com o 25 de Abril; três conservaram-se em duas (Domitila de Carvalho, Maria Irene Leite da Costa, Maria Leonor Botelho); durante três, estiveram quatro (Custódia Lopes, Margarida Craveiro Lopes dos Reis, Maria Luísa Van Zeller, Sinclética Torres); e Maria Guardiola foi a recordista, com quatro legislaturas. A não renovação dos mandatos deveu-se a tornarem-se incômodas (Maria Leonor Correia Botelho), porque foram nomeadas para determinados lugares ou por discordarem da evolução da orientação política. Maria Reynolds, recorrendo ao estudo de Ana Vargas *Mulheres na Assembleia Nacional (1933/1974)*⁷, destaca a evidência de as mulheres serem as mais penalizadas no momento das eleições, já que eram as menos votadas.

Quando a 11 de janeiro de 1935, data da abertura da I Legislatura, três deputadas se sentaram no Parlamento, foram "recebidas com cavalheirismo pelos seus colegas", "saudadas e cumprimentadas", tendo a "«intromissão» feminina" obrigado "a adaptações linguísticas – houve que passar a designar *a oradora* sempre que fosse esse o caso" e "o seu nome é sempre precedido de *D.*, embora a lista de «chamada» designe os homens pelo nome próprio e nas sessões todos sejam tratados apenas por *Sr.*".

Maria Reynolds de Souza, ao elencar intervenções, propostas, interpelações e querelas, demonstra que as deputadas procuraram fazer-se ouvir desde o início e "nos primeiros dias da 1ª sessão, Maria Guardiola mandava para a mesa nada menos que um projeto de reforma do texto constitucional (22 de janeiro de 1935), Maria Cândida Parreira, a 7 de fevereiro, tecia

7. Ana Vargas – "Mulheres na Assembleia Nacional (1933/1974)". *Eleições: revista de assuntos eleitorais*. N.º 6 (2000). pp. 43-62.

considerações sobre o papel das mulheres no parlamento e Domitila de Carvalho, a 22 do mesmo mês, apresentava um projeto de lei «sobre a introdução do ensino da higiene e puericultura nos liceus femininos do País e em geral nas escolas secundárias onde essa disciplina possa ser ensinada».

No entanto, “iniciativas legislativas, só as Deputadas Maria Guardiola e Domitila de Carvalho, da I Legislatura, as tomaram. Daí em diante, não mais as mulheres voltaram a apresentar propostas de lei e muito menos projetos de reforma de qualquer texto constitucional”. O entusiasmo e vigor das intervenções esbateram-se nas legislaturas seguintes, entrando-se, numa “fase mais de «denúncia» de situações que, numa lógica de confiança no Governo e de coerência com os princípios do Estado Novo, era preciso corrigir”, sobressaindo, “as intervenções de Maria Luísa Van Zeller, de Maria Leonor Coreia Botelho e, mais tarde, de Irene Leite da Costa e Ester de Lemos, que descrevem situações sociais, na sua perspetiva, intoleráveis, para as quais pedem ou alvitram medidas que lhes deem remédio. Margarida Craveiro Lopes dos Reis desempenha, posteriormente, um papel de conservadora dos valores da família, defendendo-a sob múltiplas facetas, com ênfase no que considerava o seu cerne, a educação da mulher”. Com a integração das deputadas do ultramar, alargou-se o leque das questões discutidas, mas “a tônica é a da manutenção do *statu quo ante* e da defesa dos valores tradicionais, através da educação das mulheres, da valorização da família, do Portugal uno e indivisível do Minho a Timor”. Com a legislatura chamada da “ala liberal”, “as deputadas tocam uma enorme variedade de assuntos, não se confinando às costumadas questões da educação, assistência e família que, não obstante, continuam a interessá-las: debatem a política ultramarina, a revisão da Constituição, a liofilização dos produtos biológicos humanos, a proteção da natureza, a Refinaria de Sines, a venda e consumo de frutas, os tribunais de família, a proteção da velhice, as universidades, a liberdade religiosa e muitos outros temas. Por fim, na última legislatura do Estado Novo, que durou uns escassos quatro meses, nem por isso deixaram de se fazer ouvir as vozes femininas, sobre assuntos diversos”.

As deputadas com maior número de intervenções foram Custódia Lopes (mais de 50) e Raquel Ribeiro (mais de 60) e a educação foi o tema mais frequentemente abordado: “Todas elas, salvo uma ou duas exceções, em todas as legislaturas, insistem, cada uma a seu modo e sob diferentes pontos de vista, na importância da educação «da mulher», na perspetiva da futura esposa e mãe. Com efeito, é patente a preocupação com a família, que se quer sã e forte, pedra angular da sociedade, razão e fundamento da educação feminina”.

A Autora assinala ainda intervenções e temáticas que “tiveram, ou poderiam ter tido, incidência direta no estatuto das mulheres portuguesas” e, embora

secundarizadas, “o valor de algumas das mulheres que foram deputadas à AN foi publicamente reconhecido” através de condecorações: Domitila de Carvalho (1931), Maria Guardiola (1931, 1939, 1967), Maria Luísa Van Zeller (1940, 1964) e Raquel Ribeiro (1990).

Na última sessão da AN, a 25 de Abril de 1974, entre os 49 deputados presentes encontravam-se 5 das 9 eleitas em 28 de outubro de 1973: Josefina Marvão, Maria Ângela da Gama, Maria de Lourdes Oliveira, Maria Teresa Lobo e Sinclética Torres. Mas, se Abril “pôs termo à vida política das deputadas, nem por isso acabou com a sua vida cívica e pública. As que estavam em exercício na altura da Revolução dos Cravos, viram posto um ponto final na sua carreira política e sofreram as incapacidades cívicas estipuladas pela lei para quem tinha exercido determinadas funções públicas”: Maria Teresa Lobo fixou-se no Brasil como Juíza Federal; Maria Ângela da Gama para lá emigrou e ali trabalhou; Lia Lello continuou na editora; Maria Clementina Vasconcelos exerceu atividade na CVP; Josefina Marvão, Maria de Lourdes Oliveira e Raquel Ribeiro voltaram à Administração Pública; “quanto a Alda Moura d’Almeida e a Sinclética Torres, nada de certo consta a respeito do seu destino”.

Das deputadas das anteriores legislaturas então vivas, Virgínia Gersão faleceu nesse mesmo ano; Margarida Craveiro Lopes dos Reis, extinta a MPF, dedicou-se à família; Maria de Lourdes Albuquerque continuou empresária; Ester de Lemos passou para o ensino liceal; Custódia Lopes lecionou em França e regressou ao país; Luzia Beija dera já por terminada a passagem pela política; Maria Irene Leite da Costa e Maria Leonor Botelho foram saneadas (esta não quis providenciar a reintegração e entregou-se ao voluntariado); “Maria Guardiola e Maria Luísa Van Zeller, já idosas, assistiram às grandes mudanças...” [DF: 264-275].

3. As Procuradoras à Câmara Corporativa (1935-1974)

As Procuradoras mereceram idêntica análise de Maria Reynolds de Souza, apresentando-se, de seguida, conclusões coligidas a partir do verbete “Procuradoras à Câmara Corporativa (1935-1974)” [DF: 818-824], por se tratar de uma síntese, em detrimento das biografias individualizadas de Clemência Dupin de Seabra, mecenaz do tenor Tomás Alcaide [DF: 222]; de Custódia Lopes [DF: 259-260]; de Maria José de Abreu do Couto de Amorim Novais, “dotada de notável inteligência, de espírito empreendedor e de grande facilidade de falar”, “profundamente católica”, “fez largo uso da sua herança em benefício de obras de assistência, algumas fundadas por ela própria” [DF: 705]; e de Maria Luísa Frederica Meneses Moreira Ressano, senhora de “profundas convicções religiosas”, com uma “personalidade a um tempo austera e amável, discreta e generosa” [DF: 728-729].

Em menor número do que as Deputadas, totalizando seis, integraram a I Legislatura (1935-1938) **Clemência Dupin de Seabra** (Abrantes, 05/06/1874 – Lisboa, 13/04/1936), que não completou o mandato por ter falecido, e **Maria José de Abreu do Couto de Amorim Novais** (Porto, 29/04/1896 – Porto, 16/01/1982); na II (1938-1942) manteve-se este último nome; na III (1942-1945), IV (1945-1949), V (1949-1953) e VI (1953-1957) marcou presença **Maria Joana Mendes Leal** (Torres Vedras, 12/10/1897 – Lisboa, 1976); na VII (1957-1961) entrou **Maria Luísa Frederica Meneses Moreira Ressano Garcia** (Lisboa, 24/01/1912 – Lisboa, 03/11/1972); na VIII (1961-1965) e IX (1965-1969) não houve Procuradoras; na X (1969-1973) participou **Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo** (Abrantes, 18/01/1930 – Lisboa, 10/07/2004); e na XI (1973-14/05/74), manteve-se esta engenheira, acompanhada de **Custódia Lopes** (Lourenço Marques, 18/08/1919 – Lisboa, 1997).

Da esquerda para a direita:

**Maria de Lourdes
Pintasilgo**

Documento cedido pela
Fundação Cuidar o Futuro

**Maria Joana
Mendes Leal**

Documento cedido pela
Assembleia da República/
Arquivo Histórico Parlamentar



Como nota Maria Reynolds de Souza, a presença de mulheres neste órgão foi menos regular e mais ténue “em termos proporcionais, já que a Câmara Corporativa tinha um número de membros superior ao do parlamento”, tendo as Procuradoras integrado “quase sempre a secção dos interesses espirituais e morais, exceção feita para Clemência Dupin de Seabra que fez parte das secção dos Produtos Florestais, e, já no marcelismo, para Maria de Lourdes Pintasilgo (X e XI), que integrou a subsecção de política e administração geral da secção de interesses de ordem administrativa”.

Nenhuma das primeiras três “possuía diplomas académicos, embora revelassem uma cuidada educação informal”, “Maria Luísa Ressano Garcia tinha o curso de Assistente Social, com Exame de Estado”, e “Maria de Lourdes Pintasilgo era engenheira química pelo IST”. Profissionalmente, Clemência Dupin de Seabra era industrial e comerciante de madeiras; Maria José Novais, “proprietária”, vivia “efetivamente dos rendimentos de um património familiar considerável, que geria ela própria e aplicava em inúmeras obras de assistência, a razão da sua vida”; Maria

Joana Mendes Leal, “a mais ligada às estruturas do Estado Novo”, desempenhava cargos nas suas organizações femininas; Maria Luísa Ressano Garcia era Funcionária dos Serviços Prisionais de Menores do Ministério da Justiça; Maria de Lourdes Pintasilgo integrara os quadros da CUF no Barreiro e “em 1970, já Procuradora, é nomeada Presidente do Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social, no Ministério das Corporações, e em Novembro de 1973 preside à Comissão para a Política Social relativa à Mulher que sucede ao anterior grupo de trabalho”; e Custódia Lopes, “professora de Liceu em Lourenço Marques”, “fora Deputada à AN durante as três anteriores Legislaturas”. Apenas Clemência Dupin de Seabra “era casada depois de um anterior divórcio”, sendo também a mais velha com 61 anos, seguida de Custódia Lopes com 54 e as restantes quatro “andavam dos trinta para os quarenta anos”.

Todas eram “figuras de relevo da esfera católica, embora com atividades de cariz diverso”: Maria José Novais era indissociável das obras de assistência; Maria Joana Mendes Leal “introduzira em Portugal a congregação das Filhas do Coração de Maria, era membro muito ativo da Ação Católica e dedicava-se, tal como Maria José Novais, à Obra da Proteção às Raparigas, de que a partir de 1939 foi Presidente Nacional”; Maria Luísa Ressano Garcia tinha forte compromisso com a Igreja Católica e “fundara e dirigia a Obra do Ardina”; e Maria de Lourdes Pintasilgo “já tinha sido, na altura, Presidente Nacional da Juventude Universitária Católica (com um papel relevante no Congresso da JUC, em 1953), fora também Presidente da *Pax Romana* – Movimento Internacional de Estudantes Católicos, [...] introduzira em Portugal o movimento de mulheres católicas GRAAL” e, de 1969 a 1971, integrou “o restrito grupo de trabalho ecuménico designado pelo Vaticano com objetivo de estimular a participação da mulher na vida comunitária”.

Mais uma vez, Marcelo Caetano terá tido influência na sua escolha, nomeadamente de Maria Luísa Ressano Garcia e de Maria de Lourdes Pintasilgo, e apenas a Maria Joana Mendes Leal, na VI Legislatura, foi atribuída uma única vez a função de Relator aquando do “Parecer n.º 37/VI – Organização e Funcionamento dos Institutos de Serviço Social, onde, na introdução, expôs as suas ideias acerca do papel da família e das mulheres na sociedade, que traduzem a visão da ala mais conservadora do Estado Novo”. Maria Reynolds de Souza, no *Dicionário Biográfico Parlamentar*, escreve que “do texto, que contém várias referências bíblicas, transparece uma visão de ruralidade já então insustentável” [DBP, I: 803].

No pormenorizado verbete do *Dicionário no Feminino* são enunciados os pareceres em que intervieram, notando-se um crescendo ao longo das sucessivas legislaturas e que eles têm a ver com a formação específica de cada uma. Clemência Dupin de Seabra pronunciou-se sobre um projeto-lei (relativo à plantação de

eucaliptos) e Maria de Lourdes Pintasilgo destacou-se pela veemência da participação, embora na maioria das vezes com voto de vencida (sete em treze). Segundo a Autora, de “um modo geral, as três primeiras Procuradoras apunham a sua assinatura aos Pareceres, aparentemente sem reservas”, Maria Luísa Ressano Garcia “foi, das Procuradoras, a primeira a usar o *voto de vencida*, justificando a sua discordância com profissionalismo e competência”, e Maria de Lourdes Pintasilgo foi a que mais recorreu a ele, manifestando “as suas posições discordantes”. Houve “uma certa evolução na atuação destas mulheres que, de uma representação mais de carácter político – como o tiveram, aparentemente, as três primeiras, com destaque para Maria Joana Mendes Leal, dos quadros da OMEN e da MPF – passam, a partir de Maria Luísa Ressano Garcia, a desempenhar um papel mais técnico e profissional, surgindo, a partir de então também os “votos de vencida”, inexistentes na primeira fase, mas reveladores de uma atitude de maior independência e fundamentada no conhecimento técnico dos temas em apreço”.

Distinguidas com condecorações foram Maria José Novais, Maria Joana Mendes Leal e Maria de Lourdes Pintasilgo, esta já depois de 1974, curiosamente as três que estavam vivas nessa data. Maria de Lourdes Pintasilgo, com 44 anos, foi a única a manter intensa e prolongada atividade governativa, política e cívica, tendo afirmado, como transcreve Maria Reynolds de Souza, que a sua “tarimba política” foi feita enquanto membro da Câmara Corporativa [DF: 818-824]. Quanto a este último nome, é obrigatório a consulta da biografia que consta de *Feminae – Dicionário Contemporâneo* [F-DC: 587-594].

4. Mulheres nos Colégios Eleitorais do Presidente da República em 1965 e 1972

As mulheres tiveram intervenção num outro órgão do Estado Novo, esmiuçado por Maria Reynolds na entrada “Mulheres nos Colégios Eleitorais do Presidente da República em 1965 e 1972” [DF: 781-787].

Criado depois da candidatura do General Humberto Delgado a Presidente da República (1958), de forma a impedir nova surpresa com candidatos da Oposição, a eleição daquele passava a realizar-se “«por intermédio de um colégio eleitoral constituído pelos membros da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa em efetividade de funções e pelos representantes municipais de cada distrito ou de cada província ultramarina não dividida em distritos e ainda pelos representantes dos conselhos legislativos e dos conselhos de governo das províncias de governo-geral e de governo simples, respetivamente» (art.º 1)”, competindo à CC “fazer a verificação de poderes dos designados para o respetivo colégio eleitoral”.

O processo foi estreado em 1965, com o fim do primeiro septenato do Almirante Américo Tomaz, e Maria Reynolds de Souza, numa pesquisa dificultada pela ausência de informações, clarifica as mulheres que o integraram: no conjunto dos Deputados e Procuradores havia apenas três deputadas (Custódia Lopes, Irene Leite da Costa e Margarida Craveiro Lopes dos Reis); a lista dos representantes municipais incluía uma senhora do distrito de Évora (Maria Joana Lopes Perdigão Correia); mais “outras três figuram entre os representantes dos Conselhos Legislativos das então Províncias Ultramarinas”, sendo duas de Angola (Maria da Paz Duarte Fonseca de Magalhães e Sinclética Torres) e uma de Timor (Susana Rodrigues de Almeida).

Dos 585 eleitores, 7 eram mulheres, entraram na urna 556 votos válidos e 13 nulos e faltaram 16 eleitores, sendo reeleito, “sem debate prévio”, o Almirante Américo Tomaz. Três daquelas, as Deputadas, já foram referenciadas. E quem eram as outras? Agricultora em Reguengos de Monsaraz, **Maria Joana Lopes Perdigão Correia** (1886-1983) tinha, na altura da eleição, 79 anos de idade, nunca foi vereadora, nem pertenceu à OMEN, e o sobrinho (Mário Garcia da Costa) era o Presidente da Câmara. **Maria da Paz Duarte Fonseca de Magalhães** (n. 1919), natural da Ilha de S. Vicente, Cabo Verde, licenciada em Farmácia, trabalhava em Novo Redondo, pertencia ao “Conselho Legislativo da Província de Angola por indicação do então Governador-Geral Silvino Silvério Marques” e tinha 46 anos em 1965. **Sinclética Soares dos Santos Torres** integrou, com 37 anos, o Colégio Eleitoral porque era Vogal do Conselho Legislativo da Província de Angola; tornou-se, posteriormente, Deputada nas IX, X e XI Legislaturas; **Susana Rodrigues de Almeida** seria originária do “Estado da Índia” mas era representante do Conselho Legislativo da Província de Timor por ali estar radicada em virtude do casamento.

O segundo Colégio Eleitoral data de 1972, Marcelo Caetano era o Presidente do Conselho, estava em funcionamento a X Legislatura da AN (“a da ala liberal”) e, por isso, integravam-no por direito as 4 Deputadas (Custódia Lopes, Luzia Beija, Raquel Ribeiro, Sinclética Torres) e a única Procuradora (Maria de Lourdes Pintasilgo). Se das “Províncias Ultramarinas não vem agora nenhuma mulher”, “são 7 as que representam os municípios dos distritos do Continente”, na sua maioria Vereadoras de Câmaras Municipais: Maria Adelina da Conceição Maia Júlio (Odemira), Helena Moreira Duarte Carvalhão (Leiria), Gilda Ferreira Carvalho de Azevedo (Marco de Canaveses), Maria Francisca Judite Pinto da Costa Leite de Sá Carneiro (Lumbrals) (Porto), Maria José Teixeira de Vasconcelos do Lago Cerqueira (Amarante) e Maria Augusta Pereira d’Eça d’Agorreta (Viana do Castelo). Do distrito de Castelo Branco veio a exceção: entre os seis representantes que lhe cabiam, “figura Maria Violante Matos Queirós e Melo, que não era edil, mas uma pessoa de grande prestígio na região, tanto pessoal, como familiar”.

Ou seja, “eram 12 as senhoras num colégio de 669 eleitores” e das 645 listas entradas (faltaram 24 eleitores), 616 foram favoráveis à reeleição do Almirante Américo Tomaz, sendo 29 nulas. Maria Reynolds de Souza salienta “que permanecerá, para sempre, segredo, o que cada uma destas senhoras fez do seu boletim de voto...” e que, mais uma vez, estas mulheres tornavam a não ser “personalidades de primeira plano ligadas ao Regime. Os seus nomes não constam nem das enciclopédias, nem dos dicionários, e ainda menos das Histórias do Estado Novo”:

Maria Adelina da Conceição Maia Júlio (1923-2001), proprietária com o 7º ano do Liceu. **Helena Moreira Duarte Carvalhão** (n. 1927), licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas pela U. de Coimbra, professora de História e Filosofia em Leiria, delegada distrital da MPF. **Gilda Ferreira Carvalho de Azevedo** (n. 1929), Teixeira da Mota pelo casamento, licenciada em matemática, professora do ciclo preparatório. **Maria Francisca Judite Pinto da Costa Leite de Sá Carneiro (Lumbrals)** (1908-1989), irmã de João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), ministro das Finanças de Salazar, Presidente da CC e Presidente da UN, mãe de 8 filhos, entre os quais Francisco Sá Carneiro (1934-1980), era ativista da OMEN. **Maria José Teixeira de Vasconcelos do Lago Cerqueira** (n. 1913), sobrinha de Teixeira de Pascoais, vereadora da C. M. de Amarante, “assumiu, após o 25 de Abril, ela própria, e por ser a vereadora mais antiga, a presidência da Câmara, durante 15 dias (até à nomeação da Comissão Administrativa)”. **Maria Augusta Pereira d’Eça d’Agorreta d’Alpuim** (n. 1915), escritora e memorialista, pertencia a uma família distinta de Viana do Castelo, onde foi Delegada Regional da MPF (1942-1974), professora de religião e moral associada a atividades de benemerência, “foi Presidente substituta da Câmara Municipal de Viana do Castelo, entre a exoneração, por decreto-lei de 1974, do Presidente em funções antes do 25 de Abril e a tomada de posse da nova Comissão Administrativa, visto ser à vereadora mais antiga que competia assumir o cargo”. **Maria Violante Matos Queirós e Melo** (1922), irmã mais nova de Higino Queiroz (1900-1960), “notável do Estado Novo e fundador da FNAT”, nunca foi vereadora, não pertenceu à OMEN e “a sua participação no colégio eleitoral de 1972 deveu-se, segundo nos disse, a indicação do Governador Civil de Castelo Branco, que tinha muita consideração por ela. Contava então 50 anos”.

Comparando os Colégios, verifica-se um aumento de 4 para 7 mulheres representantes dos municípios, sendo que, em 1972, seis são vereadoras, o “que leva a admitir que a primavera marcelista se refletiu também na entrada de mulheres para as vereações das Câmaras Municipais, até então quase reservada a casos raríssimos”. Maria Reynolds indica que “viviam nas terras em que eram vereadoras, e onde, na sua maioria, também haviam nascido”; pertenciam “a uma classe social desafogada ou abastada, o que lhes permitiria desempenhar as suas funções na

edilidade”, “que não eram remuneradas”; apenas duas eram licenciadas, ambas professoras (Gilda Azevedo e Helena Carvalhão); algumas “eram dirigentes ou colaboradoras das organizações femininas do Estado Novo, como a OMEN e a MPF, o que leva a crer que esse fosse um elemento a pesar na sua escolha”; todas “eram de famílias notáveis e influentes na região, por vezes mesmo no país”, havendo “aqui uma diferença no possível critério de escolha em relação às Deputadas à Assembleia Nacional e às Procuradoras à Câmara Corporativa, que, dum modo geral, foram recrutadas entre profissionais de competência reconhecida”; e “o ideal cristão faz também sentir a sua presença”.

A Autora recolheu testemunhos diretos de algumas das envolvidas (Gilda de Azevedo Teixeira da Mota, Helena Carvalhão, Maria José Teixeira de Vasconcelos, Maria Violante de Queirós e Melo) ou de familiares (Maria Joana Perdigão Correia, Maria da Paz Duarte Fonseca de Magalhães, Maria Francisca Lumbrals de Sá Carneiro, Maria Adelina Maia Júlio) [DF: 781-787].

5. Das eleitas às eleitoras

Maria Reynolds de Souza não se focou “apenas” nas parlamentares e estendeu a investigação ao sufrágio, congregando, assim, eleitas e eleitoras. No estudo publicado em 2006 e reeditado em outubro de 2013, *A concessão do voto às portuguesas – breve apontamento*, traça esse árduo, moroso e intrincado processo, com avanços e retrocessos, esperanças e desilusões, expectativas e fracassos, entre o longínquo ano de 1822, quando “é pela primeira vez pedido o voto para as mulheres mães de seis filhos legítimos, pelo deputado pela Baía (Brasil) Domingos Borges de Barros,



**O exercício
do voto pelas
mulheres nas
eleições de 1934
(Junta de Freguesia
de Encarnação)**

Documento cedido pela Torre
do Tombo – Centro Português
de Fotografia.

nas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa” [MRS, 2006: 11], até 2 de abril de 1976, com a promulgação da “nova Constituição da República Portuguesa que reconhece os mesmos direitos políticos a homens e mulheres” [MRS, 2006: 21].

O livro, composto por Cronologia (1822-1976), texto, subdividido em quatro partes – *A generosa ideia, A ilusão, A tibia concessão, A plena cidadania* – Antologia e Fontes e Bibliografia, tornou-se numa obra de referência recorrentemente citada pela síntese, conteúdo, explicitação da legislação publicada e clareza, sendo que durante a sua elaboração a Autora recordou “com gratidão a minha Avó Adozinda de Carvalho Pimenta”⁸ que, a conversar, me abriu estes horizontes” [MRS, 2006: 107].



6. Outras vivências

Maria Reynolds estendeu as biografias a outros nomes: **Aurora de Oliveira Fonseca** (Vila Nova da Baronia, 18/11/1927 – Montemor-o-Novo, 18/01/2008), licenciada em Direito, pertenceu à Ação Católica, foi auxiliar do serviço de formação de dirigentes da MPF e, em 1970, “é uma das pessoas que constituem o primeiro Grupo de Trabalho a quem foi confiada a missão de definir uma política nacional global acerca da mulher, nomeado pelo então secretário de Estado do Trabalho Dr. Silva Pinto e presidido pela Eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo”. Com reconhecida competência, não mais deixou de trabalhar nessa área e, em 1975, integrou “a Comissão Instaladora da Comissão da Condição Feminina (CCF), tutelada pelo Ministério dos Assuntos Sociais” [F-DC: 130-131]. **Mafalda Ermelinda de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e Almeida** (Coimbra, 26/07/1906 – Lisboa, 04/01/1987), poetisa, filha do poeta Eugénio de Castro, relacionou-se, pelas origens e pelo casamento, “com os círculos do CADC e do Integralismo Lusitano”, foi dirigente da OMEN na década de sessenta, fez parte da direção da Ação Católica (LICF), entre outras agremiações, e “procurou aliar às incontornáveis exigências da vida familiar os interesses literários e a produção poética, a par de um manifesto empenhamento cristão que concretizou também numa certa intervenção cívica e

8. Filha de Maria Emiliania Correia Soares de Brito e de António Carvalho da Silva, Adozinda Júlia Brito de Carvalho [Pimenta] nasceu em 1884 em Coimbra, na Freguesia de S. Bartolomeu, e casou em 1904 com Alfredo [Augusto Lopes] Pimenta.

política" [F-DC: 480-482]. **Maria Camila Schröter Viana Carneiro Pacheco** (Lisboa, 17/12/1895 – Estoril, 06/05/1998), nascida numa família monárquica "que, após a implantação da República, viveu dois anos no sul de França", casou com António Faria Carneiro Pacheco, professor de Direito e "figura proeminente do Estado Novo, de que foi ministro da Educação Nacional (1936) e, nessa qualidade, fundador da Obra das Mães pela Educação Nacional", sendo uma das suas primeiras vogais. Religiosa, "profundamente religiosa", está associada "à implantação, por volta de 1913, do Noelismo em Portugal, de que foi membro ativo, empenhado e influente" [F-DC: 519]. **Maria da Graça Pinto Braga Heitor Catarino** (Lisboa, 21/10/1908 – Lisboa, 01/09/2008), conhecida por Nina Catarino, recebeu "cuidada educação informal", enquanto jovem organizou uma Liga dos Amigos da Caridade, pertenceu à Ação Católica (LICF) e, em 1953, "entrou para as Conferências de S. Vicente de Paulo, onde desabrochou a sua vocação de bem-fazer, aplicando vontade, energia e inteligência até ao fim da sua longa vida". Fundou e dedicou-se a obras assistenciais, antes e depois de Abril de 1974, recebendo, por isso, prémios e condecorações [F-DC: 573-574]. **Maria de Lurdes Figueira Freire Salinas da Silva Bruschy** (Lisboa, 19/01/1896 – Cascais, 18/07/1978), nascida "no seio de uma família profundamente monárquica e miguelista", a "sua formação cristã levaram-na a interessar-se pelas questões sociais e políticas e a intervir nesses campos": foi militante da Ação Católica, dirigente da LICF, pertenceu às Conferências de S. Vicente de Paula, colaborou, durante a Guerra de Espanha, com grupos de Senhoras na assistência aos feridos nacionalistas, no âmbito da OMEN, da qual foi Vice-Presidente e dirigente da Subsecção das Mães, "teve contacto com a Secção Auxiliar Feminina da Falange Espanhola e suas dirigentes", e integrou Secção Auxiliar Feminina da CVP [DF: 646-647]. **Maria Isabel Cortez Pinto Pimentel** (Lisboa, 04/07/1928 – Lisboa, 2003), Assistente Social, "noelista desde os 16 anos", "fortemente comprometida com a Igreja", orientou a sua vida pela fé cristã, desenvolveu intensa atividade profissional em Angola na sequência do início da guerra colonial e "foi uma das organizadoras da famosa vigília na Capela do Rato, em 30 de dezembro de 1972", motivo que a forçou a partir para o Brasil por constar "da lista dos procurados pela polícia política", só regressando depois do 25 de Abril [F-DC: 640-642]. **Maria José de Mendonça** (Lisboa, 10/01/1905 – Lisboa, 17/08/1984), licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas, fez estágio de Conservadora dos Museus Nacionais, teve papel ativo no tratamento e conservação das tapeçarias portuguesas, reconhecida internacionalmente como perita, e destacou-se tanto pelos "notáveis conhecimentos de Museologia", como pelas "capacidades de trabalho, planeamento, método e organização". Integrou o conselho diretor do Instituto José de Figueiredo, assumiu a direção do Serviço de Museu e Belas-Artes da FCG, foi diretora do Museu

Nacional dos Coches e, posteriormente, do Museu Nacional de Arte Antiga, a que dedicou a maior parte da “vida profissional ativa, imprimindo-lhe um cunho pessoal resultante da sua forte personalidade, de uma grande sensibilidade e de uma sólida formação museológica”. A ela se deveu “a criação, em 1965, da Associação Portuguesa de Museologia (APOM)”. “Estruturalmente cristã e humana, católica convicta e ativa”, “foi auxiliar do apostolado e noelista”, assumindo “papel de relevo no Movimento da Renovação da Arte Religiosa (MRAR)” [F-DC: 651-654]. **Maria Madalena de Azevedo Duarte de Sousa Gerbert** (Porto, 01/04/1927 – Munique, 06/04/2009). “Profundamente católica, dedicou grande parte da sua juventude à União Noelista Portuguesa” e foi “uma das principais colaboradoras da revista *Natal*”. Formou-se, na década de 50, em Teologia na Universidade de Freiburg-in-Breisgau, na Alemanha [F-DC: 684]. **Maria Madalena Valdez Trigueiros de Martel Patrício** (Lisboa, 19/04/1883-4 – Lisboa, 03/11/1947), escritora e poetisa, relacionava-se com intelectuais, artistas, políticos e jornalistas, mantendo “o último salão literário português”. “Monárquica, socorreu os vencidos da República através da Comissão Central de Subsídios e Renda de Casa a Necessitados Monárquicos” e, durante a Guerra, “tomou parte nos, então pioneiros, cursos destinados a formar enfermeiras para a frente de batalha” e angariou fundos para a Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra, associação a que pertencia [F-DC: 684-686]. **Maria Teresa Navarro** (Luso, 1906 – Belas, 1994), professora de Religião e Moral no Liceu MAVC, dirigiu o Centro Universitário de Lisboa da MPF, pertenceu à União Noelista Portuguesa, “empenhadamente católica, de grande dedicação à Igreja, o apostolado foi o grande objetivo da sua vida”, tendo desempenhado “um papel de relevo e verdadeiramente pioneiro ao introduzir novos métodos na pedagogia da Catequese, que considerava «o apostolado dos apostolados»” [D-FC: 713]. **Teresa Paula de Oliveira Ricou** (Lisboa, 08/05/1948 – Lisboa, 1992), licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa e era secretária de Estado do Comércio Interno do XII Governo Constitucional chefiado pelo Prof. Cavaco Silva quando faleceu [F-DC: 889].

As biografias, mesmo que indiretamente, há muito que acompanham Maria Reynolds de Souza. Como não lembrar aqui a preparação, em conjunto com Isabel de Castro, da publicação *Mulheres Portuguesas: Vidas e Obras celebradas – Vidas e Obras ignoradas*, compilação de 11 escritos de Maria Regina Tavares da Silva e 1 de Ana Vicente, ou o apontamento biográfico por si assinado em *Notícias* aquando do falecimento de Maria Carlota Álvares da Guerra, “que durante muitos anos foi a «alma» da *Crónica Feminina*”, relembrando a importância da sua colaboração, a convite de Ana Vicente, com a, então, Comissão da Condição Feminina [Notícias, nº 63, 2002, p. 17].

7. Nota final

Outras podiam ter sido as opções, transcrições e evocações da obra de Maria Reynolds de Souza, esperando que se tenha sabido respeitar o seu espírito e que esta resenha, necessariamente truncada, proporcione a leitores e estudiosos a releitura dos originais, dotados de outra densidade e complexidade.

A finalizar, um apontamento (ainda) mais pessoal. Primeiro, conheci o nome através dos escritos em publicações da CCF e da CIDM, depois fomo-nos cruzando quando Assessora desta organização, mas foi na última década e meia que tive a possibilidade de a conhecer, informal e profissionalmente, quando equipas de dezenas de nomes, onde constava o seu, concretizou o *Dicionário no Feminino e Feminae – Dicionário Contemporâneo* sob a direção da Professora Doutora Zília Osório de Castro. Cordial, ativa, disponível, atenta, cumpridora quanto às linhas definidas, minuciosa e perfeccionista, reintroduzindo acrescentos quando oportuno, Maria Reynolds de Souza procurou, na sua discrição e amizade, incutir alento para que os dois projetos fossem atempadamente concluídos.

Com os seus textos, reaprendi a rever e a reavaliar Deputadas e Procuradoras sob outra perspetiva, deparei-me com outros nomes que desconhecia e, por isso, e quão importante seria que eles fossem por si reunidos num só volume.

Testemunhos

Mulheres Agricultoras
Seminário Europeu
As Mulheres Agricultoras,
janeiro, 1987.
Arquivo Histórico CIG



Maria Reynolds de Sousa

Ana Vicente

Tributo a uma antiga colega e atual amiga

Querida Zinha, não sei como surgiu este *petit nom*, sei que sempre achei que os teus pais te tinham dado um nome especial MARIA DA MADRE DE DEUS, ou seja duplamente MARIA, e não simplesmente Maria. Maria, mãe de Jesus, mas também Mãe de Deus. Um nome de respeito, portanto, que como todos os nomes nos conferem para o bem, para o

mal ou para assim-assim, uma identidade específica, única e irrepetível.

Chegadas às nossas já provectas idades e posições nos respetivos trajetos de vida que nos couberam em sorte, é tempo de puxar pela memória, pelas memórias. Desde já te declaro que considero que foi uma verdadeira bênção de Deus te ter encontrado na Comissão da Condição Feminina (CCF) no ano não tão distante de 1976, pelo menos em termos históricos. Quis o destino ou a nossa chefe de então, a Regina Tavares da Silva, aquela sólida rocha sobre a qual a Comissão em grande parte se ergueu, qual o inicial São Pedro, que nos fossem atribuídos entre os grandes objetivos da nascente Comissão, as magnas tarefas de desenvolver ações de informação e comunicação. O público a que nos teríamos que nos dirigir para explicar a bondade das ideias da igualdade, da justiça e da equidade, era, modestamente, a totalidade da população portuguesa, mas sobretudo as mulheres, e entre estas, aquelas mais desmunidas de poder, as desempoderadas, para quais a revolução do 25 de Abril de 1974 tinha aparecido com horizontes de expectativa inimagináveis – ESTA É A MADRUGADA QUE EU ESPERAVA – O DIA INICIAL INTEIRO E LIMPO – ONDE EMERGIMOS DA NOITE E DO SILÊNCIO E LIVRES HABITAMOS A SUBSTÂNCIA DO TEMPO – nas eloquentes palavras da poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen.

Foi assim que tive a dita de, juntamente contigo, participar num processo apaixonante, trabalhando no dia-a-dia para uma causa em que acreditava plenamente e com real possibilidade de intervir na mudança. A tarefa era ciclópica, servindo-me de um adjetivo utilizado por Marcelo Caetano, noutra contexto.

A Constituição Política de 1933 dizia que todos os cidadãos eram iguais perante a lei, “salvas quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família.” Uma boa exemplificação da proposta de George Orwell: “todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros”. Em 1939, um Código de Processo Civil introduziu normas restritivas da autonomia das mulheres. Estas passaram a necessitar da autorização escrita do marido para viajar para fora do país, com a assinatura reconhecida notarialmente (regra que se manteve até 1969), para abrir uma empresa, para celebrar contratos e serem fiadoras. Além disso, foram impedidas de exercerem como magistradas judiciais, como diplomatas e como dirigentes de alguns graus de administração, não se podendo também candidatar à

presidência da república. Se a mulher casada saísse de casa, porque se queria separar do marido, este tinha o direito de requerer judicialmente a sua entrega, medida que tinha sido banida pela Primeira República.

Em 1967 entrou em vigor um Código Civil novo, o qual, até na ótica de alguns sectores ligados ao regime, não estava adequado ao seu tempo. O marido continuava a ser o «chefe de família» competindo-lhe «representá-la e decidir em todos os atos da vida conjugal comum», incluindo a administração dos bens da mulher. A lei também determinava que era à mulher que pertencia «o governo doméstico» e que esta, salvo algumas exceções deveria «adotar a residência do marido». Em relação ao casamento estabelecia-se que «a falta de virgindade da mulher ao tempo do casamento» era considerado erro que vicia a vontade, tendo relevância na possível anulação civil do casamento. Para tal, o marido tinha de provar que a mulher não era virgem e que ele não sabia que ela não era virgem. Quanto ao poder parental e apesar da mitificação oficial da mulher-mãe, estavam atribuídos poderes especiais ao pai. Por outro lado, o artigo 461º do Código Penal declarava lícita a violação da correspondência da mulher por parte do marido. Manteve-se, também, em vigor o artigo 372º do Código Penal de 1886 que permitia ao marido matar a mulher em flagrante adultério, sendo a pena o desterro de seis meses para fora da comarca. No início da década de 70 do século XX, esta pena foi aplicada por um tribunal a um soldado chamado Valdemar. Noutro caso notório, em 1974, um juiz ditou a seguinte sentença ao condenar o marido e assassino de Maria Pais Pimenta a dois anos de prisão: "Porque se justifica perfeitamente a reação violenta do réu contra a mulher adúltera que abandonou o lar e dois filhos de tenra idade"¹.

Foi com este cenário legislativo em pano de fundo, enfrentando um número infinito de práticas e costumes discriminatórios das mulheres, acrescidos de um antifeminismo endémico, que a CCF desenvolveu o seu trabalho. Era um enorme prazer chegar ao escritório todas as manhãs e ao longo do dia falar, falarmos juntas, sobre as mudanças antevistas onde mulheres e homens pudessem com-viver em partilha e igualdade. Falar e fazer – pois as circunstâncias prestavam-se à mudança. Ao contrário de muitos outros países – onde esta fase da luta pelos direitos das mulheres, ou feminismo, se desenvolveu gradualmente – em Portugal, dadas as condições políticas, tal não tinha sido possível. Mas, com a revolução de Abril, era o próprio regime que considerava fazer parte da sua perspetiva, não só revogar as leis mais obsoletas a nível de discriminação, mas também construir uma nova ordem legislativa que tinha como objetivo eliminar as desigualdades.

O Código Civil devidamente revisto e de onde foram retiradas estas anomalias, entrou em vigor em 1 de Abril

1. Helena Matos, Júlia Pinheiro e Maria Antónia Palla, *Os 20 anos que mudaram a nossa vida, Máxima*, (maio 1994).

de 1978 e as alterações estabeleceram a igualdade em todas as esferas da vida. A intolerável discriminação que era feita aos filhos nascidos fora do casamento, em relação à herança, já pouco antes tinha sido abolida. Na CCF saudávamos, portanto, estas inovações com o maior júbilo, pois era o paradigma do quotidiano e da intimidade da família que tinha sido transformado de uma forma positiva.

Gradualmente toda a restante legislação foi sendo alterada ou melhorada, até porque a Constituição aprovada em 25 de Abril de 1976 estabelecia a igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios. Nesta fase da sua história, a CCF não correspondia ao estereótipo de um departamento do funcionalismo público (ou repartição como a minha mãe lhes chamava indistintamente).

Atuou antes como a vanguarda dos movimentos de mulheres que se foram constituindo, em grande número, fazendo chegar aos poderes políticos, nem sempre com sucesso, as mais diversas aspirações. Reuníamos frequentemente para nos pronunciarmos sobre os mais diversos aspetos e assuntos e, se por vezes éramos



**Ana Vicente
e Maria Reynolds
de Sousa**

*Seminário Igualdade no
Trabalho, março, 1982.*

Arquivo Histórico CIG

ultrapassadas pelas energias reformistas dos sucessivos governos, em muitos outros casos, era a própria Comissão que propunha alterações legislativas. Eu sentia cada alteração como um grande passo em frente na senda do progresso e da realização dos nossos objetivos. As funcionárias, e os poucos homens funcionários que ali trabalhavam, atuavam com uma militância e entusiasmo inusitados, tendo sido descritas como «feministas oficiais ou de Estado» por algumas estrangeiras que nos visitavam.

Tínhamos, tu e eu, também a absoluta certeza que era necessário efetuar um trabalho muito básico que consistia na informação às mulheres sobre os assuntos mais diversos. Foi a este trabalho, em especial, a que tu e eu nos dedicamos,

durante alguns anos, quando em conjunto e segundo recordo, em perfeita harmonia, coordenamos um projeto de informação, educação e comunicação sobre planeamento familiar. Mas muitas outras foram as questões que trabalhamos, através dos mais diversos meios.

O nosso trabalho era muito variado e gratificante. Recordas certamente como deitamos mão a programas de rádio ou à produção de brochuras de uma coleção destinada a grande público e que foi distribuída aos milhares, ao longo dos anos, sobre temas tão óbvios como o casamento, o divórcio, os filhos, a adoção, o envelhecimento, a menopausa, etc. Mas foi sem dúvida na informação e educação sobre planeamento familiar que enfrentamos os maiores desafios e atualmente é com alegria que se constata que, em parte devido às boas práticas de saúde sexual e reprodutiva existentes em Portugal a mortalidade infantil está nos 2,9 por mil e a materna em 4,5 por cem mil, das mais baixas do mundo.

Quando se abriu a possibilidade de utilização gratuita dos diversos métodos então disponíveis a surpresa foi grande. O assunto era quase inteiramente desconhecido pela população em geral e também pelos profissionais de saúde, que não tinham tido acesso a tal matéria durante os seus cursos. Tu e eu desenhamos e implementamos o dito projeto. Batizamo-lo *Planeamento Familiar, ser responsável pelo nascimento dos nossos filhos*. Os alvos eram múltiplos e as mensagens claras: «as relações sexuais não devem tornar-se um pesadelo ou uma aflição constante por medo de engravidar; as relações sexuais devem ajudar a construir a felicidade; a consulta de planeamento familiar não decide por si, cada casal, cada pessoa, escolhe o método que entende; o aborto não é um método de planeamento familiar; evita-se o aborto através da utilização correta de um método contraceptivo», entre muitas outras, incluindo problemas de infertilidade. As tiragens das diversas brochuras contavam-se aos milhares, pois a fome de informação por parte das mais variadas entidades parecia não ter fim. Também se utilizaram os meios de comunicação social, com relevo para a imprensa feminina. O maior sucesso foi com a *Crónica Feminina*, revista que tirava por semana uns 200.000 exemplares mas que era lida por cerca de 600.000 pessoas, incluindo muitos homens. A diretora, Carlota Alvares da Guerra, acolheu a nossa colaboração com entusiasmo, como recordarás. Ao longo de 130 semanas fornecemos um curto artigo, muitas vezes escrito pela jornalista Susana Ruth Vasques, abordando variadas questões. No final do texto oferecia-se às leitoras a possibilidade de escrever à CCF pedindo o envio gratuito de uma publicação. Foram milhares as cartas recebidas, quase sempre escritas num português imperfeito mas muito sentido. A agência das NU que nos financiou considerou que o nosso projeto tinha sido um dos mais bem sucedidos na região europeia, recomendando que as suas metodologias

Voltando a Deus, próximo e misericordioso, tal como o papa Francisco o quer agora comunicar. Bênção de Deus porquê? Porque em ti encontrei, desde logo, alguém com quem podia falar, falar livremente, falar à vontade, com sinceridade e autenticidade sobre aquela causa que sobremaneira nos motivava e continua a motivar – a causa das mulheres, em todos os planos – legislativo, ideológico, económico, social, cultural e religioso, para além dos importantíssimos quotidianos familiares. Mas muitos outros interesses nos uniam – a história por exemplo, e neste vasto campo, obviamente e sobretudo a história das mulheres, que durante séculos tinha ficado desprezada, escondida, ignorada. Porque em ti encontrei uma pessoa generosa, sempre disposta a partilhar as suas sensibilidades e bom senso sobre os mais diversos assuntos. Eram longas as horas de conversa, mas não estávamos, de todo, a abusar da bondade das nossas privilegiadas circunstâncias laborais, porque essas conversas tinham um fim que a tudo se sobrepunha – os já referidos grandes objetivos da CCF. E dessas conversas nascia luz, que a mim, me empolgavam e animavam. E ainda por cima, muito generosamente, abriste mão de todas aquelas cartas que nos eram dirigidas deixando-me campo aberto para eu escrever o livro *Mulheres em Discurso*, onde se faz a análise de conteúdo das mesmas. Recordo que o teu fino sentido de humor estava sempre presente, o teu riso percorria o nosso modesto gabinete. Igualmente estava presente o teu amor pela tua família mais próxima, (e que obra, criar 4 filhos e 10 netos em colaboração com o sempre dedicado e animado Henrique). Cabe aqui referir que foi, obviamente, através de ti que tive o privilégio de conhecer a tua querida, inteligente e laboriosa irmã, Teresa, que tão recente e inesperadamente partiu para outros prados, depois de uma vida dedicadíssima ao ensino e à investigação histórica.

Não tenho mais palavras, querida Zinha, senão dizer muito e muito obrigada por tudo. ■

Dina Canço

Sensibilidade e bom senso

Quando entrei para a CCF em 1978 (menos de um ano depois da sua institucionalização), já estavam em intenso e entusiasmado trabalho as colegas que me antecederam, entre as quais a Maria de Souza, que sendo das pessoas mais discretas que eu conheço, tanto no trato pessoal como no desempenho profissional, teve um contributo essencial

em algumas das atividades mais relevantes da Comissão da Condição Feminina, da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Relembro algumas dessas atividades.

Nessa altura, passados quatro escassos anos sobre o 25 de Abril, pode dizer-se que quase tudo estava por fazer, neste caminho que agora já vai longo, de construção da igualdade entre mulheres e homens.

Nos primeiros tempos de atividade da CCF, foi reconhecido que seria necessário promover a sensibilização e informação às mulheres sobre os seus direitos, em todas as vertentes da sua vida. Uma das áreas em que era óbvia a necessidade de informar as mulheres era a da sexualidade, e especificamente sobre a importância do planeamento familiar.

A Maria de Souza, juntamente com a Ana Vicente, coordenaram e executaram um projeto de informação sobre planeamento familiar, financiado pelo Fundo das Nações Unidas para as Atividades da População que foi, seguramente, uma das ações que tiveram um maior e mais generalizado impacto na sociedade portuguesa.

A forma como o projeto foi concebido e executado retrata com nitidez as personalidades das suas coordenadoras. As soluções encontradas pelo projeto



**Dina Canço
e Maria Reynolds
de Sousa**

*Jornadas de
Informação às Mulheres
nas Autarquias,
março, 1989.*

Arquivo Histórico CIG

para responder às carências de informação das mulheres portuguesas da altura, e ter em conta os obstáculos de toda a natureza que elas enfrentavam naquele domínio, procurando atingir um leque o mais alargado possível da população, essencialmente a feminina, foram resultado não só da competência profissional mas também de uma enorme sensibilidade às questões das mulheres e um imenso sentido da necessidade de as capacitar para o usufruto dos seus direitos.

Depois, em 1980, e por ocasião da realização da Segunda Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, a Maria de Souza, de novo com a Ana Vicente, prepararam uma publicação de carácter informativo sobre a situação das mulheres no nosso país, sucinta mas muito abrangente, destinada a ser distribuída

aos participantes naquela Conferência. Esta publicação foi o embrião de uma outra, *Portugal Situação das Mulheres* (que teve continuidade, depois, com o *Igualdade de Género em Portugal*, até aos nossos dias), e que a partir de certa altura passou a ser feito pela Maria de Souza com a minha colaboração. Julgo que foi a primeira tarefa que desempenhámos em conjunto, e que me permitiu conhecer melhor o seu modo de trabalhar e, sobretudo, de ser. Esta colaboração proporcionou-me uma grande aprendizagem do ponto de vista profissional, mas permitiu-me igualmente conhecer a sua enorme cultura, o seu sentido de serviço público, aliado a uma profunda humanidade sem sentimentalismos gratuitos, a uma enorme atenção às pessoas, e a um forte sentido de solidariedade.

Também não é possível pensar no percurso profissional da Maria de Souza na CCF/CIDM/CIG sem lembrar o papel fundamental que teve na organização de numerosos Seminários, Colóquios e outros eventos, alguns com uma dimensão e uma projeção notáveis, como o Seminário Europeu *As Mulheres Agricultoras* ou os Seminários realizados aquando das Presidências Portuguesas da União Europeia, em 1992 e em 2000.

Mas lembro particularmente o Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, realizado em 1994, que juntou muitas centenas de participantes, vindos de vários países, de vários continentes, e cujas Atas deram origem a uma publicação em dois volumes de várias centenas de páginas, reunindo todas as comunicações feitas no Congresso (e que constitui uma obra fascinante!). A Maria de Souza foi a «abelha mestra» do Congresso. Com aquela energia que nunca esmorece, mas também com a calma que a caracteriza, ela dominou todo o processo de preparação de um evento com aquela magnitude, não esquecendo nenhum pormenor, pensando em tudo, a tudo ocorrendo, e tudo solucionando. E conseguindo transmitir a toda a equipa um enorme entusiasmo pelo que se estava a fazer!

E lembro também uma outra vertente do trabalho que desenvolveu na CIG, longamente pensado e desejado, sobre as questões da participação das mulheres na política, no nosso país, numa perspetiva histórica. Quer sobre o acesso das mulheres ao direito ao voto (que deu origem à publicação da CIG *A Concessão do Voto às Portuguesas*, 2006, Coleção Fio de Ariana), quer sobre as primeiras deputadas portuguesas e o conteúdo da sua intervenção. Trata-se de temas que nunca haviam sido explorados em profundidade, e que mereceram da autora um tratamento rigoroso e muito sério, sendo um contributo valioso para os Estudos sobre as Mulheres em Portugal.

É um privilégio conhecer uma pessoa como a Maria de Souza. É um privilégio e é muito bom tê-la como Amiga. ■

Fátima Duarte

Deixando a memória regressar a esse passado...

Conheci Maria Reynolds de Souza, quando, em abril de 1994, no termo da minha carreira docente universitária, ingressei no quadro da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), onde exerci funções, durante seis anos.

Em virtude da minha formação jurídica, fui afeta à Divisão de Assuntos Jurídicos, sendo os meus contactos iniciais com a Chefe de Divisão de Estu-

dos e Formação, cargo que Maria Reynolds de Souza desempenhava, algo esporádicos e de circunstância, à semelhança do que acontecia com os/as (nessa altura, e talvez mais do que agora – nota-se algum reequilíbrio de género no pessoal técnico superior da Comissão – as) colegas, e principalmente dirigentes, doutras divisões.

Esses esporadicidade e circunstancialismo têm de ser vistos, e entendidos, à luz do cenário e do ambiente da altura, em que a Divisão de Estudos e Formação e a Divisão de Assuntos Jurídicos se situavam ambas no mesmo andar, o 1º, uma predominantemente do lado esquerdo e a outra do lado direito, ao longo de um corredor comum, em que toda a gente se cruzava, várias vezes, ao longo do dia, e em que uma equipa, já com muitos anos de convivência (afinal, a Comissão da Condição Feminina tinha sido institucionalizada em 1977), demonstrava abertura para acolher e incorporar novos elementos – eu, pelo menos, assim o senti –, para o que também muito contribuía o estilo de gestão das então Presidente, Ana Vicente, e Vice-presidente, Amélia Patrício.

Na verdade, a criação de grupos de trabalho e a colaboração que acabava por se estabelecer naturalmente na prossecução de tarefas que congregavam várias divisões – já naquela altura, não se podia considerar exagerado o número de vagas existentes na carreira técnica superior para as atribuições que incumbiam à Comissão – cedo levaram a que eu integrasse o grupo encarregado da atualização da publicação *Portugal Situação das Mulheres*, título que precedeu o atual *Portugal Igualdade de Género*, constituído pelas técnicas da Divisão de Estudos e Formação, Dina Canço e Teresa Joaquim, e passasse a fazer parte da equipa de redação do *Notícias*, a par de, entre outras, Maria Reynolds de Souza.

De casual, o contacto passou a frequente, o que se refletiu no tratamento, em que o vocativo formal, Dr^a., foi substituído pelo uso dos nomes próprios ou, e no caso da Zinha, pelo diminutivo, presumo que de origem familiar, pelo qual é chamada.

Parafraseando a personagem desempenhada por Humphrey Bogart no filme *Casablanca*, esse foi o começo de um belo convívio, com tantas conversas reveladoras de interesses idênticos, como a História e a História das Mulheres, em particular, e conhecimentos comuns – numa fotografia dos filhos, pendurada na parede do

**Maria Reynolds
de Sousa e
Fátima Duarte**

Estremoz, 2009.

Col. particular



seu gabinete, reconheci um antigo aluno da Faculdade de Direito de Lisboa; de entre as evocações, que quem me conhece sabe serem frequentes, da minha estadia na Guiné-Bissau, enquanto assistente na Faculdade de Direito de Bissau, surgiu o nome de uma sua amiga, Leonor Fortes, que ali estava em missão de cooperação, e com quem convivi, durante esse período –, e que cimentou uma relação de maior proximidade, que perdurou após a minha saída da Comissão em 2000.

Foi ainda durante o ano de 1994 que me foi dado assistir à qualidade do trabalho desenvolvido por Maria Reynolds de Souza, responsável pela organização do Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, integrado nas atividades de Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura, e realizado em novembro, tendo-se encarregado igualmente da edição das respetivas atas, obras procuradas até hoje, pela qualidade das intervenções registadas.

As obras de sua autoria posteriores, *A Concessão do Voto às Portuguesas: Breve Apontamento*, Lisboa, CIDM, 2006, 2013, e diversas entradas biográficas repartidas por vários dicionários, *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e de António da Costa Pinto, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da universidade de Lisboa/Assembleia da República, 2004-2005, 2 vols, *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, direção de Zília Osório de Castro e João Esteves, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, e *Feminae – Dicionário Contemporâneo*, direção de João Esteves e Zília Osório de Castro, Lisboa, CIG, 2013, são expressivas da profundidade do seu conhecimento e das suas qualidades de investigadora.

Mas, quando deixo a memória regressar a esse passado, em que o tempo parecia chegar para tão mais, são as conversas fluidas e soltas sobre tantos assuntos – e que tão úteis se demonstravam depois no trabalho do dia-a-dia, exatamente porque muito era o seu saber e a sua experiência de vida – que ela me devolve e de que desejo deixar registo, porque foram realmente ***o começo de uma bela amizade!*** ■

Isabel de Castro

A minha chefe, que se tornou viral

Tinha eu 18 anos de Administração Pública quando fui transferida para a CCF (Comissão da Condição Feminina – Presidência do Conselho de Ministros) no ano de 1990. O ambiente de trabalho que encontrei foi de tal modo surpreendente que se tornou determinante em todo o meu evoluir.

Fui apresentada pessoa a pessoa, cerca de 40, pela técnica que seria a minha chefe direta, a Dra. Maria Reynolds de Souza. A ronda deixou-me petrificada pela densidade da maioria das pessoas, tanto no modo como me acolheram como na relação que mantinham individualmente com a sua tarefa e, pensei, – nunca irei conseguir saber o nome de tantas “personalidades”.

Eu vinha do LNETI (Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial – Ministério da Indústria e Tecnologia), instituição gigante do Estado que tinha uma Editorial com a multiplicidade de sectores que dela fazem parte e onde cumpria com gosto trabalho informático de composição de texto. Toda a envolvente editorial constava do meu quotidiano e assim, por razões profissionais, percorria com delícia o gabinete de revisão, a sala de “design”, o laboratório de fotografia, os largos estiradores da montagem, o imenso espaço de impressão e acabamentos.

Este percurso deu-me bem a noção da linha a executar desde o pensamento de alguém passado para folhas A4, até este ser transformado num produto organizado, de acesso visual claro. No Laboratório, os livros científicos eram todos em A4 com capa institucional. As minhas obrigações eram cuidar que a formatação fosse correta, que o português fizesse sentido. Quanto ao conteúdo era para mim bastante inatingível e as provas eram revistas por uma técnica.

Na Comissão a Dra. Maria de Souza era a responsável pelo sector que incluía as seguintes atividades:

1. Documentação: conhecia todos os livros que constavam da Biblioteca;
2. Informação: respondia com precisão e acolhimento a todas as perguntas que chegavam do exterior via telefone ou por escrito, às ânsias, dúvidas e necessidades das pessoas;
3. Publicações: dominava o que era, para quem era, o que esclarecia, quantos eram, que missão cumpriam aqueles objetos que poderiam ser luminosos para quem os lesse: os livros a editar pela CCF.

Maria Reynolds de Souza era para a maioria das e dos funcionários da Casa a Zinha, houve quem a tratasse com todo o respeito e consideração por Dra. Mariazinha. Ela e eu conhecíamos-nos pessoalmente, não muito bem mas com o princípio assente de confiança mútua.

Este ponto de partida permitiu-me pouco a pouco ir percorrendo os corredores da Comissão, diluir o choque no encontro com as Técnicas, pedir indicações

na lógica esquemática dos Serviços Administrativos. Como?

Maria de Souza e eu tínhamos os gabinetes lado a lado e de portas abertas; logo após me ter instalado, ao ouvir o meu nome acorri à sua presença. Entrei e de imediato fiquei em total perplexidade. A minha chefe informou-me que estava a trabalhar numa edição e perguntou-me muito diretamente que papel, que tipo de letra, que capa deveriam fazer corpo daquele futuro exemplar. Eu perguntava-me, mas para que era preciso responder, não sabendo, a uma pessoa que tanto sabia? Situação que se foi repetindo até que concluí que quem pergunta quer uma resposta; se eu não a sabia dar que procurasse consegui-lo, de forma pensada, sensata e útil.

Todo o trabalho que se referia às edições da Comissão era naquele setor que se realizava e, a partir do primeiro instante, fui metida no caldeirão do como, porquê e para quê servia a obra, passava a fazer parte das vísceras do livro, de mão dada com a chefe. Mandava-me escolher fotografias analisadas posteriormente por ambas, ao pormenor; assistia e participava, porque me chamava à colação com os donos das tipografias; colocava-me em contacto com as autoras. Enfim, a Zinha desde o primeiro momento chamou-me à primeira fila do trabalho, do raciocínio, da decisão.

O seu português era e é lindo de se ler, de se ouvir. E não falha. É certo que esteja aonde estiver há uma prateleira aonde constam sempre múltiplos dicionários, estando em permanente alerta o de português e o de sinónimos. Num dia em que fiz anos, deu-me o Dicionário de Sinónimos!

Qualquer texto de trabalho que lhe apresentasse era-me devolvido sempre com correções leve, levemente feitas com lapiseira. Para transtorno e contentamento do ego tornando o resultado bem mais legível e agradável.

Na Comissão o espírito era de saber, de trocar ideias, de ponderação e concretização. Passei a fazer parte deste clima exigente, desafiante e, consequentemente, gratificante.

Com a Zinha ganhei a segurança que permite o rigor, implicando procura de respostas, trabalhando no aferimento delas, não dando tréguas. O rigor era transversal porque o magro e respeitado orçamento da Comissão era cumprido, espremido, muito inteligente e criativamente aplicado. Assim, a estrutura da Instituição se consolidava como Serviço Público útil, criando simultaneamente capital de saber, que algum ainda hoje perdura. Mais tarde pôde abrir-se um pouco mais os





À esquerda:

Maria Reynolds de Sousa, junto à lápide alusiva à intervenção pacificadora da Rainha Santa Isabel. Lisboa, 1990.

À direita:

A lápide com o seu atual enquadramento.

Arquivo Histórico CIG

cordões à bolsa e, no sector aonde sempre trabalhei, passou a haver maior poder de escolha de qualidade de materiais e de divulgação.

Tudo era vivido como se fosse nosso, o que nos fazia compreender e participar na solução dos problemas. A verdade é que de manhã ao fazer a pé o percurso da avenida da República na direção da CCF/CIDM (Comissão da Condição Feminina/ Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres) eu ia satisfeita e de cabeça erguida.

Com a Zinha desenvolvi a consciência da riqueza da diversidade de pontos de vista que dariam espaço a ações, organizações, a valores que afinal de cinzento nada tinham.

Serena, austera e poderosa na sua expressão física e facial, a aventura do saber e conhecer tornavam a Maria de Souza, ela sim, um livro fascinante que eu constantemente folheava para desvendar caminhos, pensamentos, o Ser humano. Porque de cultura se tratava, o saber era multifacetado, poder-se-ia abordar as mais díspares questões Nunca às perguntas se fechava a expressão. Assim como às propostas mais simples ou projetos de conteúdo e trabalho sumarentos e grandiosos. Mas nem sempre essa expressão era convidativa, posso mesmo dizer que poderia ser considerada fechada, de janela entreaberta utilizada com critério muito pessoal. A impaciência para o vulgar, a banalidade, o inestético, a intriga, a hipocrisia tornavam-na irredutível e, então sim, podia criar esfriamento e alguma intimidação. Mas tinha um tesouro que só era dado a quem estivesse atento, o humor. Humor finíssimo e quase sempre sussurrado.

De amplíssimos assuntos pensava e tratava; a partir de certa altura deixou a Divisão aonde sempre tinha estado e passou a chefiar a Divisão de Estudos e Formação, aonde iria coordenar a equipa «encefálica».

Mantendo-me no meu grupo de trabalho acrescentei às minhas queridas rotinas voltas mais largas e espessas; quando precisava de esclarecer determinadas dúvidas, dirigia-me à chefe da Divisão de Estudos que de imediato esclarecia ou abria acesso àquelas pessoas que me faziam ter a consciência de que eram o motor da Instituição.

As ideias, as decisões, o trabalhar da massa decorria em linha aberta com a presidente: planos, projetos, encontros, congressos, seminários, missões às entidades internacionais que se debruçavam sobre esse tema, tão óbvio e tão imbrincado, que são as questões da igualdade (e de oportunidades) entre mulheres e homens.

Para a Zinha nem só os problemas de 1ª linha tinham direito à primeira linha. Quando cheguei à Comissão informou-me que há já um tempo andava a tentar tratar com quem de direito, CML (Câmara Municipal de Lisboa), de um assunto histórico e lisboeta com que tinha tropeçado nas imediações da CCF.

Na rua do Arco do Cego havia um muro onde, (só um uma boa observadora repararia) estava incrustada, encimada por uma coluna, uma lápide referente “à pacificação que a Rainha Santa Isabel fez entre seu marido D. Dinis e seu filho D. Afonso IV”. A coluna pertencia a um Padrão mandado construir pela rainha no séc. XIV. Em finais do séc. XX (1990) Maria Reynolds de Souza decide lutar pela ruína, procura, investiga e com os dados encontrados, a Presidente da Comissão entra em contacto com a CML a fim de que se possa restaurar o monumento dando maior divulgação a uma Mulher que, neste país e nesta cidade, tanto tinha contribuído para a paz e para o bem comum. Vereador e Chefe de Divisão de Património Cultural concordaram obviamente, mas nada aconteceu. Passados 3 anos Maria de Souza, chamando-me também a essa tarefa, insiste e lembra que, encontrando-se a coluna e a lápide na zona das obras de construção da sede da CGD (Caixa Geral de Depósitos), a Câmara poderia remeter à Caixa o assunto referente à cultura, à história, à divulgação de uma mulher que por ali tinha feito a Paz.

Em 1995 é inaugurada com a máxima pompa a gigantesca Sede da CGD. A Comissão, devido ao empenho demonstrado na defesa do património cultural do monumento por ali abandonado, foi convidada a estar presente. A presidente delegou em Maria de Souza a sua representação, Maria de Sousa entendeu que eu a deveria acompanhar. Faz parte do enquadramento das novas instalações um anfiteatro ao ar livre aonde estão colocados cavalos de ferro do artista Luís Pinto Coelho. Não longe, está levantada a lápide, com transcrição para melhor se entender o português antigo. Conseguiu-se! É interessante verificar em contraste com a dimensão da CGD e os habilidosos cavalos de ferro, a discrição da INSCRIÇÃO.

Maria Reynolds de Souza mulher de muito trabalho e grande empreendedora tinha dois timbres: 1 – Não se dispunha a sair da sombra; 2 – Atirava para a luz quem com ela trabalhava.

Personalidade fortíssima, enorme inteligência, cultura humana deslumbrante.

Lamento contrariar a opinião generalizada, mas penso que ninguém é substituível.

Quando a Zinha se reformou compreendi que a sua ausência na Comissão seria incomensurável mas tudo o que tinha integrado com ela, faria parte de mim para sempre. ■

Leonor Beleza

*O apoio sólido,
sabedor, eficaz e
discreto de tudo
o que era feito*

A Maria Reynolds de Sousa é uma Amiga querida que há muitos anos conheci como colega de trabalho. O meu testemunho e a minha homenagem têm assim uma espécie de dupla leitura.

Como este livro é sobre a Mulher que se dedicou profissionalmente à promoção do estatuto das mulheres, e como num passado já um pouco longínquo partilhámos esse percurso, é sobretudo por causa dele e sobre ele que participo nesta publicação de manifestos individuais de quem trilhou passos coincidentes.

Mas não posso, nem quero, omitir que justamente a tal longínqua partilha criou uma estreita proximidade pessoal que nunca foi tocada ou diminuída pela diferença de percursos, que também há muito nos privou do convívio diário de alguns anos.

A Maria, e eu, trabalhámos na então Comissão da Condição Feminina. Não gostaríamos muito do nome, que entretanto foi mudado, mas gostávamos apaixonadamente do que fazíamos. A Comissão era um serviço do Estado, e nós éramos funcionárias públicas. Mas o que fazíamos e a forma como trabalhávamos transformavam aquele departamento da administração pública num lugar de militância onde se lutava por causas. O facto de uma certa pessoa, Maria de Lurdes Pintasilgo, ter estado na sua origem, explica certamente esta particular situação.

Fui para a Comissão da Condição Feminina em 1975. A Maria juntou-se-nos pouco depois. Não só todas, ali, estávamos concentradas na ideia de que era preciso criar as condições que permitissem às mulheres desenvolver plenamente as suas capacidades, exercendo a sua liberdade e de que para isso era necessário, como então dizíamos, «mudar as mentalidades», para que a sociedade interiorizasse essa ideia, como também sabíamos que a época revolucionária e imediatamente pós-revolucionária que então vivíamos era propícia a que as mudanças ocorressem.

As pessoas estavam então mais abertas a aceitar alterações, e era provável que a janela de oportunidade se atenuasse significativamente com a estabilização da situação política que acabaria por ocorrer.

Como fazer então as mudanças, rapidamente, e torná-las irreversíveis, depois?

Era isso que nos movia, então. Quando a Maria entrou na Comissão, em maio de 1977, tinham já ocorrido as eleições a todos os níveis que nos dotaram de um poder político democrático e constitucionalmente estabilizado, mas o espírito de mudança estava ainda bem vivo, e, em relação às mulheres, centrávamo-nos em retirar todas as consequências do texto constitucional que exigia alterações legais e atuação transformadora.

A Maria vinha cheia de energia e convicções, e imediatamente integrou o núcleo coeso que empurrava as coisas, independentemente de quem era na altura a Presidente ou da cor ou empenho do Governo e do respetivo membro que nos tutelava. Não nos víamos como estando na Comissão para executar a política por cima definida – por muito que o nosso estatuto fosse legalmente esse – mas antes para “doutrinar” e «empurrar» quem estivesse por cima para que nos deixasse participar, fazer, influenciar. Era urgente que a Administração Pública, nos mais diversos sectores, fosse sensível e fizesse o seu papel, que as mulheres fossem informadas, que tivéssemos acesso ao que se passava lá fora, nas organizações que cuidavam de direitos, que se percebesse que o estatuto das mulheres precisava de estudo e de investigação.

Era tudo, parecia tudo por fazer.

A Maria teve um papel muito importante na informação e na divulgação de ideias, de factos e da necessidade da mudança. Transportava uma formação pessoal e académica muito exigentes, era muito eficaz no que fazia, e sempre atuava com persistência, pausadamente e com uma imensa discrição.

Essa discrição que sempre vi nela, e que faz com que só quem está muito perto saiba o que ela vale e o que lhe devemos, torna também a existência deste livro muitíssimo grata para mim.

Ao contrário de várias outras de nós, que, ou porque tínhamos de «aparecer» mais, ou porque calhou termos uma maior visibilidade, a Maria escolheu permanecer na retaguarda, numa vida imensamente preenchida nas suas várias vertentes, desempenhando o que lhe cabia com a maior competência e dedicação, mas de forma publicamente menos visível. Pode ter sido escolha, forma de ser, ou contingências na forma como respondia a todas as componentes de uma existência fortemente preenchida por trabalho, família e luta pelos direitos de todas.

Que agora, aposentada há uns anos, lhe seja dedicado este livro, e ele plasme a homenagem das que sabemos o que ela fez e o que vale, constitui para mim, não tanto uma espécie de reparação pelo que poderá não ter sido visto e ficado



**Leonor Beleza
e Maria Reynolds
de Sousa**

*Seminário Género
e Desenvolvimento,
Igualdade e Democracia
na CPLP, março 2004.*

Arquivo Histórico CIG

registado, mas um momento em que dizemos publicamente que a Maria Reynolds de Sousa é uma das pessoas a quem devemos que as mudanças que desejávamos tenham de facto ocorrido.

Não é o momento, nem a ocasião, de dizer que o caminho só começou a ser percorrido.

Mas começou, de facto. Há um mundo de coisas que já não são o que eram quando a Maria investiu o seu talento.

Aquilo de que me lembro há mais tempo é da sua participação, com a Ana Vicente, nos programas de divulgação do planeamento familiar. Tivemos então assistência internacional no lançamento desses programas em Portugal. Era naturalmente ao Ministério da Saúde que cabia colocar os meios à disposição das mulheres e das famílias. Mas havia um esforço gigante de informação e de mentalização a fazer, para fazer chegar às cabeças, e às práticas, que ter filhos, no número e no momento escolhido, era uma possibilidade e um direito, e não uma fatalidade.

É talvez difícil, hoje, recuarmos ao tempo em que não existia essa escolha de que hoje falamos com toda a naturalidade.

Não é possível perceber como as mudanças aqui ocorreram rápido sem reconhecer que a então Comissão da Condição Feminina acertou na intensidade e ousadia da informação e da divulgação, soube escolher os meios e o tom, espalhou, insistiu e a mensagem foi chegando. Foi a Ana, com a Maria, que operaram essa ousada e eficaz atuação que era muito mais do que de pura informação.

Esta atuação que a Comissão teve na divulgação do planeamento familiar ocorreu em muitas outras áreas críticas. Era apoiada em recolha, montagem e divulgação de dados, de documentos, de factos, que ajudavam os que queriam atuar, como os que queriam simplesmente estudar e, a partir de certo momento, investigar.

A Maria atuou em todas essas frentes. Todas as publicações, gerais, periódicas ou temáticas, foram por ela coordenadas. Tomou conta da preciosa área da documentação. Montou e organizou seminários e conferências incontáveis. Era o apoio

sólido, sabedor, eficaz e discreto de tudo o que era feito, de todas as que dirigiram a Comissão, o repositório do que era conhecido, sabido e documentado.

Profundamente conhecedora do passado no que respeita à participação das mulheres em Portugal na construção do seu destino coletivo, estudou e publicou sob sua responsabilidade histórias individuais de lutas e de vidas, que a um tempo ilustram o que foi a vida de muitas mulheres que sobressaíam, e permitem compreender a realidade da vida de outras épocas, mais ou menos próximas, e ainda como foram sendo influenciadas as condições em que as mulheres portuguesas podem e conseguem participar na vida do nosso País.

Nos tempos do início da Comissão da Condição Feminina, os estudos sobre as mulheres eram uma miragem. Falávamos da sua necessidade, de que as universidades tinham de os incluir, como de um sonho longínquo. A Regina Tavares da Silva conduziu, nesta como em muitas áreas, um esforço que na altura aparecia como gigantesco. A Maria dedicou-se particularmente a esse esforço, também, e ao longo da sua carreira elaborou ou participou na elaboração de inúmeros estudos e da sua publicação, quer em relação à vida de mulheres em concreto, como já referi, quer em relação a investigações sobre a situação das mulheres, incluindo o que a Comissão, publicava regularmente com o objetivo de informar sobre as suas áreas de interesse, e também para contribuir para a sensibilização generalizada.

Da forma discreta com que fazia tudo, mas com igual dose de solidez e profundidade, a Maria recolhia, organizava e difundia conhecimento sobre dados essenciais para a perceção e a mudança da realidade. O seu nome na organização de um seminário, ou na coordenação de uma publicação, era selo de qualidade, de profundidade e de solidez.

É difícil, hoje, imaginar quando estudar em função do género não existia; quando nas universidades se não ensinava, nem investigava, a situação das mulheres; quando se julgaria exótico escolher como assunto de tese de doutoramento a forma como o sexo influencia vidas e destinos. Aqui também, o esforço e o caminho fizeram-se com a participação relevante da Maria.

Durante o tempo em que eu estive fisicamente na Comissão, que terminou há muito tempo, em 1982, a Maria Reynolds de Sousa compunha o núcleo da direção intelectual e estratégica do que era feito, fosse qual fosse o título que detinha ou não detinha. E todas sabíamos que estava ali uma dedicação, uma força e uma lealdade à causa sem limites. Por muito tempo, até à aposentação, o esforço prosseguiu, numa Comissão sucessivamente transformada no nome e na estrutura, ao que não assisti diretamente.

Mas, estes anos todos decorridos, parte daquele núcleo mantém a coesão, o entusiasmo, a partilha de ideais, e continua a encontrar-se com regularidade, já

há muito não para discutir como «dar a volta» a algum governante relutante, mas para celebrar a vida e a amizade – e, também, para manter a força e a determinação. A Maria é um dos seus membros, e a ela devo uma palavra de admiração – e da mais profunda gratidão. ■

Maria do Céu Cunha Rêgo

*Celebrando,
nos seus 80 anos*

Partilha o nome e o estilo com a última filha do rei D. Manuel de Portugal e, se ao tempo tivesse vivido, faria parte dessa universidade-corte de mulheres autónomas, livres, sábias e artistas, que não voltou a repetir-se no País.

Maria Reynolds e Sousa é culta, por herança e aplicação, sóbria, por opção pelo essencial e desprezo pela superficialidade e pelo arrivismo, firme, por práticas e códigos muito decantados, séria, porque a vida é exigente e única. E, neste ponto, é digna de maior admiração do que a Infanta, que não era casada, não tinha descendência de quem cuidar, nem se lhe sabe de preocupações com a organização e os custos da vida familiar.

Conheci-a no início dos anos 80 do século passado, na então Comissão da Condição Feminina. Integrava esse grupo de mulheres que tinham posto ao serviço da melhoria do estatuto social de todas as outras o seu intenso trabalho profissional, o seu estudo porfiado, o seu saber e a sua vontade de que se alcançasse, de vez, a justiça elementar: "livres e iguais em dignidade e direitos", como todas as pessoas devem ser e a Declaração Universal dos Direitos Humanos continua – sem sucesso efetivo nem generalizado – a impor a todos os Estados que concretizem. Mulheres exigentes, para quem o serviço público primava, «evidentemente», sobre o interesse individual de quem quer que fosse. Colegas ou Tutelas incluídas.



**Maria Reynolds
de Sousa
e Maria do Céu
Cunha Rego**

Tomada de posse,
setembro, 1991.

Arquivo Histórico CIG

Trabalhei com ela, direta ou indiretamente, em qualquer das versões do serviço nacional para a igualdade de mulheres e homens, até que se aposentou. Nem sempre lhe entendi as opções – que apenas uma ou outra vez defendeu com veemência inesperada – ou concordei com elas. Mas nunca a vi facilitar no cumprimento do dever tal como o interpretava, e, antes de toda a gente, no seu próprio caso. Daí que lhe respeite o carácter e a coerência.

Lembro-me de que trabalhava a lápis e de que apagava, sucessivamente, meneando a cabeça e sorrindo com leve ironia quando as ideias que surgiam nas reuniões se atropelavam ou mesmo se contradiziam antes da deliberação final. Adivinhava-se-lhe um «são loucas» como no fado... Mas acatava, disciplinada e complacente, entusiasmos em que acreditava pouco...

Sempre a vi lúcida, fiel à verdade quaisquer que fossem as consequências, desprendida de recompensas ou manifestações de apreço.

Sempre a vi amiga, parca no gesto e no sorriso, por vezes indecifrável num primeiro olhar, mas firme em qualquer tempestade ou aflição.

Uma sereníssima senhora. Uma mulher de trabalho discreto e persistência convicta, com quem se pode contar!

Desculpe, Maria Reynolds de Sousa, querida Zinha para todas as pessoas que a conhecem e admiram, ter ousado desoculta-la um pouco. Mas também você é "um Rosto Feminino da Expansão" da Igualdade em Portugal¹. E terá que aceitar esse reconhecimento público e a nossa gratidão com a humildade das pessoas grandes! Aguenta, querida amiga, que é serviço!!!!

Um grande abraço. ■

1. Alusão ao Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa* organizado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres em Novembro de 1994, na Fundação Calouste Gulbenkian - Lisboa, e em cujas concretização e participação na publicação das *Actas – Cadernos Condição Feminina*, nº 43, CIDM, 1995 – Maria Reynolds de Sousa teve um papel decisivo.

Maria Regina Tavares da Silva

*Eficácia... com
simplicidade e discrição*

Mais conhecida como Zinha por todos e todas que com ela trabalharam, Maria Reynolds de Souza, foi minha colega durante cerca de trinta anos na antiga Comissão da Condição Feminina, mais tarde Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Eu já me encontrava a trabalhar na Comissão, embora há pouco tempo, quando ela chegou com uma missão bem determinada. Tratava-se de dinamizar o

chamado Serviço Cívico que então se iniciava no âmbito da Comissão. Uma atividade de consentânea com os tempos que se atravessavam, mas que rapidamente deixou

de existir. Foi, no entanto, o suficiente para despertar o dinamismo e o engenho da Zinha na motivação das jovens que o realizavam e para ensaiar formas e modos de actuação que viriam a expandir-se em outras áreas de trabalho da Comissão.

Assim, completada aquela tarefa episódica abriu-se o caminho para prosseguir naquele domínio em que a sua ação viria a ser determinante na evolução da própria Comissão da Condição Feminina – o domínio da informação e sensibilização de públicos, os mais diversos, para as questões da discriminação contra as mulheres e da construção da igualdade de género, então formulada como igualdade entre mulheres e homens. Posso bem dizê-lo, este foi o grande campo de atuação da Zinha. Não o único, mas aquele em que deixou bem visível a marca do seu entusiasmo, da sua persistência e do seu empenhamento.

A Comissão da Condição Feminina, formalmente criada em 1975, embora sucedesse a uma anterior e efémera Comissão para a Política Social Relativa à Mulher, vivia uma época de particular entusiasmo e de militância por uma causa que era nova na sociedade portuguesa e que tinha a ver com uma súbita tomada de consciência da situação das mulheres, designadamente das muitas desigualdades contra elas praticadas e até aí escondidas ou não pronunciadas.

Efetivamente, a Revolução de Abril, início de uma época de agitação social e política, e de rutura com o passado, tinha também neste domínio trazido novas perspectivas, despertado aspirações justas, e até mesmo idealismos e utopias. Por outro lado, a reflexão sobre esta matéria estava a ser colocada na ordem do dia a nível internacional com o Ano Internacional da Mulher e a I Conferência Mundial sobre as Mulheres promovidos pelas Nações Unidas em 1975 e o lançamento de uma Década dedicada ao tema de 1976 a 1985. Ideias que faziam o seu caminho com algum vigor a nível da comunidade internacional e que tiveram reflexos entre nós, no que foi uma coincidência oportuna e feliz

A Comissão, criada neste contexto, formulava um grande objetivo em termos que eram bem próprios do momento. Assim, competia-lhe: "Apoiar todas as formas de consciencialização das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas praticadas, em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição".

Claro que o trabalho da Comissão se foi desenvolvendo em inúmeras vertentes. Propostas de alteração da legislação em várias áreas para ajustamento aos princípios constitucionais; conhecimento da situação real das mulheres em termos estatísticos e de realidade sociológica, incluindo levantamento dos principais problemas e constrangimentos sociais e culturais que afetavam essa mesma situação; informação e sensibilização da sociedade em geral e das mulheres em particular para os seus direitos e o modo de os exercerem, entre tantas outras dimensões...

Ora, foi exatamente nesta última vertente que a ação da Zinha se revelou fundamental. Entre os vários projetos com apoio internacional que a Comissão prosseguiu, há um que merece especial relevo. Foi o chamado *Projecto de informação e educação para o planeamento familiar* apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para as Actividades da População (FNUAP)

Liderado conjuntamente por Maria Reynolds de Souza e por Ana Vicente – uma grande equipa – este projeto deu resposta a uma necessidade urgente e a um problema que pela primeira vez era «dito em voz alta» na sociedade portuguesa. Identificadas necessidades básicas de educação e de informação, foram muitos e variados os meios utilizados para lhes dar resposta. Desde contactos com vários interlocutores e partes envolvidas na questão a programas nos *media*, incluindo artigos na imprensa nacional e regional, nas chamadas revistas femininas, programas de rádio, e também elaboração de publicações, folhetos e brochuras de informação distribuídos em larga escala por todo o país – foi efetivamente um projeto de grande alcance e muito significado para milhares de mulheres portuguesas. Mas, o campo de atuação que se abria à Comissão era extremamente vasto e a capacidade de se ser polivalente era um requisito profundamente assumido por toda a equipa que integrou esses primeiros tempos.

Numa reflexão retrospectiva eu diria que o final da década de setenta, em que este projeto foi iniciado, e sobretudo a década que se seguiu foram épocas de expansão, de divulgação mais alargada, com novos temas a entrarem progressivamente na agenda, novas audiências a motivar, novos debates a aprofundar, novas pistas de reflexão e novas estratégias a prosseguir, numa perspetiva de ação cada vez mais global e mais multifacetada... e incluindo desde a parceria com organizações da sociedade civil ao diálogo com os vários departamentos da Administração e vários níveis de poder numa antevisão do que viria a apelidar-se de «gender mainstreaming», ou seja a integração da dimensão de género nas várias políticas e sectores da Administração.

Uma série de grandes ações de sensibilização – colóquios, seminários – com uma forte participação e eco significativo na imprensa abordaram questões diversas e dirigiram-se a múltiplas audiências abordando temas como, por exemplo: *As Mulheres e o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias* em 1986; ou *As Mulheres Agricultoras* em 1987 com mais de 600 participantes dos, então 12, países comunitários; ou *Igualdade, Democracia e Direitos Humanos*, em 1990, tema este a introduzir uma nova perspetiva de enquadramento das questões da igualdade na linha da proposta do Conselho da Europa.

Estes são apenas alguns exemplos das muitas ações de informação e sensibilização em que a ação da Maria Reynolds de Souza se revelou fundamental.



**Maria Regina
Tavares da Silva
e Maria Reynolds
de Sousa**

Tomada de posse,
setembro, 1991.

Arquivo Histórico CIG

Fundamental na conceção, na organização, na divulgação, na coordenação de equipas, na mobilização de pessoas e de vontades... e uma ação que continuaria na década de noventa.

Recordo que, em 1992, Portugal deteve pela primeira vez a Presidência Portuguesa da então Comunidade Económica Europeia e nesse âmbito várias iniciativas na área da Igualdade foram realizadas em Lisboa. Por exemplo, um grande seminário/colóquio com representantes de todos os países membros, que teve lugar em Lisboa e abordou aspetos substantivos desta questão. Formulou-se o tema como *Construir a Igualdade* e este encontro constituiu um momento de reflexão conjunta de como avançar na Europa na área da Igualdade. E, mais uma vez, a ação de Maria Reynolds de Souza, quer na conceção quer na organização da iniciativa, foi um pilar fundamental para o seu sucesso. E este é apenas mais um exemplo dessa presença decisiva no que foi uma linha de trabalho fundamental no percurso da Comissão – a informação e a sensibilização, mas também a reflexão e o debate... a abertura a novas audiências, a procura de novos interlocutores. Sempre com discrição, sem busca de protagonismo ou de visibilidade, mas sempre lá, no lugar e no momento em que era preciso estar.

Um outro aspeto em que a sua influência foi decisiva teve a ver com os chamados Estudos sobre as Mulheres. Praticamente inexistentes entre nós e ausentes da academia, foi apenas a partir do início da década de oitenta que um percurso nesta área foi iniciado. Tive intervenção direta neste início e recordo, em particular, as primeiras tentativas de sensibilização de alguns sectores académicos e o primeiro momento de reflexão com responsáveis da comunidade universitária, que foi o Seminário *Estudos sobre a Mulher* realizado na Fundação Gulbenkian, e com o apoio da mesma, em 1983. Este foi, efetivamente, um primeiro momento de debate e de

tomada de consciência coletiva da importância desta dimensão de análise em várias disciplinas e de olhar novo sobre as mesmas. Momento que foi também acompanhado de uma outra forma de sensibilização para o tema, que foi uma Exposição Bibliográfica sobre a Mulher com um número importante e significativo de obras desde o século XVI até ao século XX, providas da Biblioteca Nacional, do Centro de Documentação da Comissão e de outras coleções e que foi complementada por obras de arte – pintura e escultura – sobre o mesmo tema, do espólio da própria Fundação. Ao percorrer, há dias, as Atas e o Catálogo respetivos recordei o profundo envolvimento que em conjunto tivemos, a Zinha e eu própria, nestas iniciativas e o entusiasmo que nos animava.

Um entusiasmo que nos levou ainda, e em conjunto com outras colegas interessadas na temática, a iniciar o que chamámos Rede de Estudos sobre a Mulher que haveria de vir a dar lugar à Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM), esta já plenamente assumida pela comunidade académica.

Maria Reynolds de Souza foi, assim, parte ativa e empenhada no iniciar de um caminho que possibilitou um progressivo e rápido assumir desta área como área legítima de investigação no universo da academia. De facto, logo em 1985, foram promovidas duas grandes iniciativas, a primeira em Lisboa no âmbito do Instituto de Ciências Sociais e a segunda em Coimbra no âmbito do Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras.

A intervenção de Maria Reynolds de Souza na organização de atividades de promoção destes estudos prosseguiu no âmbito da Comissão e, entre as muitas iniciativas nesta linha, mencionaria, pela sua dimensão e significado, o Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, que foi integrado nas atividades de Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura. Teve lugar na Fundação Gulbenkian e contou com a participação de largas centenas de participantes, creio que cerca de 900, provenientes de um número significativo de países, e com forte envolvimento das respetivas comunidades científicas.

Claro que tal iniciativa se deveu ao empenhamento de muitas pessoas, começando pela então direção da Comissão, mas mais uma vez a capacidade mobilizadora e de organização da Zinha foram uma mais valia para o sucesso. E o mesmo se poderia dizer, uma década mais tarde, sobre o Seminário realizado na Assembleia da República com participação de representantes dos países lusófonos, sob o título *Género e Desenvolvimento, Igualdade e Democracia na CPLP*.

Por outro lado, também do ponto de vista da investigação pessoal, a sua atividade se foi desenvolvendo com alguns estudos, de cariz assaz pioneiro, sobre as primeiras deputadas portuguesas ou sobre a concessão do voto às mulheres portuguesas.

A finalizar, gostaria ainda de referir um aspeto muito pessoal que tem a ver com o trabalho conjunto realizado entre 1986 e 1992, anos em que desempenhei o cargo de presidente da Comissão, primeiro da Comissão da Condição Feminina e depois da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

A presença e o apoio da Maria Reynolds de Souza, não apenas como colaboradora, técnica e chefe de divisão, mas também como amiga, foi para mim absolutamente indispensável e uma rede de segurança fundamental. Não apenas nas tarefas organizativas, no seu planeamento e execução, mas também no pensamento e no debate das questões, na sua análise e avaliação, no olhar sobre a evolução das questões da Igualdade, que foi experimentando mudanças de carácter substantivo ao longo dos anos, a nível nacional e internacional. Primeiro, tinha sido a passagem do conceito de não discriminação para o de construção da igualdade; mais tarde, a busca da igualdade, não apenas formal ou de direitos, mas de oportunidades e de sucesso. Depois, uma mudança também de enfoque, de uma mera questão de justiça social – a desigualdade é uma injustiça – para uma questão de democracia e direitos humanos. Sobre tudo isto refletíamos na Comissão, tentando perceber as implicações e os caminhos a prosseguir.

Disse-lhe no momento da sua partida para a situação de aposentação, e sem que isso significasse menor apreço por toda uma equipa motivada e empenhada que comigo colaborou, que ela tinha sido a «grande companheira». E estou-lhe grata por isso! ■

Teresa Alvarez

Recordando Maria Reynolds de Souza

Maria Reynolds de Souza, a quem chamávamos Zinha, foi minha chefe direta nos primeiros três anos em que trabalhei na CIDM. Foi pela sua mão que entrei para a Comissão, em 2000, e foi com ela que descobri o mundo que a Comissão oferecia, então, a quem tinha o privilégio de integrar os seus quadros. Seguindo a forma habitual de receber quem entrava

de novo na CIDM, foi a Zinha que percorreu comigo todos os gabinetes, apresentando-me cada pessoa de forma substantiva, como era a sua forma de falar. Constatei então como usava a palavra, de modo discreto e rigoroso, revelando a inteligência e a humanidade que caracterizavam o seu pensamento e o seu olhar sobre o outro.

A curiosidade que a compelia a saber mais marcou a sua ação como técnica da CIDM. São disso exemplo a relação que estabeleceu e procurou consolidar com inúmeras investigadores e investigadoras, das mais diversas áreas científicas. A necessidade de apoiar a construção e a divulgação do conhecimento científico sobre

as mulheres e sobre as políticas públicas de igualdade entre mulheres e homens estiveram na origem da sua proposta de se estabelecerem protocolos regulares com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com vista à abertura de concursos para projetos de investigação nestes domínios. O sentido prático e realista que norteavam a sua ação levaram-na a propor a um conjunto de reconhecidas investigadoras, de diferentes instituições de ensino superior, acompanharem a CIDM numa das primeiras reuniões realizadas com o Presidente da FCT para se equacionarem os termos em que seria assinado o primeiro protocolo firmado entre a CIDM e a FCT, em 1999.

O mesmo sentido prático e convicção do serviço público a prestar pela CIDM, incentivando a academia a integrar, nas suas linhas de investigação, os Estudos sobre as Mulheres e, simultaneamente, divulgando o que as Universidades já tinham incorporado nos seus planos de estudos, levaram-na a fazer o primeiro levantamento dos cursos de mestrado e de doutoramento que incidiam e/ou integravam os Estudos sobre as Mulheres, em Portugal. Foi na última publicação do Projeto *Coeducação* e, depois, na revista da Comissão, *Notícias*, que publicou o levantamento que realizou, malgrado a indiferença de muitas instituições que responderam à CIDM com um silêncio significativamente revelador do caráter ainda marginal que esta área de Estudos tinha no nosso país.

Na mesma linha de divulgação do conhecimento produzido sobre as Mulheres em Portugal, tomou a iniciativa de assinalar os 150 anos do nascimento de Carolina Michaelis de Vasconcelos, com um cartaz alusivo à sua vida e que ainda hoje marca presença num dos corredores da CIG, em frente àquele que foi o seu gabinete durante o tempo que integrou a Divisão de Estudos e Formação. Quando surgiu a ideia de criar a nova coleção da CIG, *Fio de Ariana*, de divulgação científica, em formato de livro de bolso, destinada a profissionais de educação, aceitou, desde o primeiro momento, produzir um dos seus títulos, subordinado ao tema *A Concessão do Voto às Portuguesas*. Ainda hoje é dos títulos mais lidos e com maior sucesso desta coleção, graças ao estilo da sua escrita e ao conteúdo que inteligentemente concebeu e apresentou.

Ao longo do tempo que trabalhei com Maria Reynolds de Souza, usufrui das pequenas conversas que surgiam sempre que vinha partilhar uma ideia ou uma proposta que lhe tinha ocorrido, perguntando o que pensávamos, e que constituíam breves momentos de uma enorme riqueza: pensar com a Zinha era uma experiência da qual saímos sempre diferentes, mais ricas, mais atentas ao mundo, mais críticas, mais seguras da coerência entre o pensar e o agir.

O humor inteligente e perspicaz de que impregnava os seus comentários sobre os aspetos mais triviais no dia-a-dia tornavam qualquer conversa, reunião de



**Teresa Alvarez
e Maria Reynolds
de Sousa**

Universidade Aberta,
2004.

Col. particular

trabalho ou breve troca de impressões em momentos de diálogo ricos, aprazíveis e amenos que nunca se situavam na superficialidade fácil e na esterilidade das palavras vazias de conteúdo. São disso exemplo a frequência com que algumas pessoas da Comissão, fosse qual fosse o seu estatuto profissional, vinham falar com a Zinha, comentando o trabalho da CIDM, a atuação das tutelas, a vida política do país. O interesse genuíno pelas opiniões dos outros, sem que isso a impedisse de discordar quando era o caso, estava sempre presente nestas conversas que nos permitiam perceber melhor o que nos rodeava, alargando o nosso olhar sobre o que sustentava a nosso dia-a-dia na Comissão.

A mesma relação de confiança estava presente nos elos estreitos que mantinha com elementos das ONG de Mulheres. Era frequente, ao final da tarde, muitas vezes nos dias em que as ONG de Mulheres se reuniam na chamada Sala das ONG, mulheres como Alzira Lemos ou Ivone Leal virem sentar-se no gabinete da Zinha, a elas se juntando, frequentemente, Regina Tavares da Silva. A continuidade de cumplicidades partilhadas ao longo do tempo e a aliança, então entendida, construída e mantida como estratégica, entre a Comissão e algumas ONG de Mulheres, podiam ser presenciadas por quem passava pelo corredor, dizendo, já a horas tardias, um *Até amanhã Zinha*.

Foi com Maria Reynolds de Souza que, estando há menos de um mês na CIDM, estabeleci o primeiro contacto profissional com uma ONG, numa reunião com a então presidente da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. Sem nada saber das ONG que integravam o Conselho Consultivo da CIDM e sabendo ainda tão pouco sobre a Comissão, fui indicada para acompanhar o projeto que a Rede ia iniciar destinado a associações de jovens, incluindo as de estudantes. Acreditando nas potencialidades que via nas pessoas,

a Zinha colocava-as muitas vezes perante situações que as obrigavam a crescer e a revelar o que muitas vezes não sabiam que podiam dar à instituição que serviam.

Foi igualmente na Zinha que eu vi a verticalidade na expressão do pensamento crítico, dito de forma serena, recusando a lisonja, a palavra gratuita e o distanciamento da verdade, nas reuniões gerais da Comissão, que eram, então, uma prática comum, realizando-se com todas as pessoas que trabalhavam na Comissão, dirigidas pela Presidente ou, ocasionalmente, pela tutela, situação inédita para quem vinha de qualquer outro organismo público, onde a norma eram a hierarquia e a separação funcional do respetivo corpo de funcionárias e funcionários.

Falar de Maria Reynolds de Souza é recordar o seu sentido de serviço público, o seu pensamento crítico, a sua perspicácia e a sua visão profundamente humanista de quem dava rosto à CIDM. ■

Teresa Pinto

*Rigorosa,
íntegra e justa*

Há pessoas que sabem tanto que estão sempre a aprender, criando à sua volta uma dinâmica de aprendizagem. Assim é Maria Reynolds de Souza. Pensamento profundo e investigativo.

Conhecemo-nos formalmente em 1995 na (então) CIDM, quando integrei a Divisão de Estudos e Formação (DEF) para exercer funções técnico-pedagógicas na área da educação. Lembro-me bem da entrevista que precedeu a minha entrada na Comissão (CIDM). Maria Reynolds de Souza – Zinha, como gostava de ser tratada – conduziu a conversa com muita formalidade. Apresentou sucintamente a instituição e a sua missão, com particular enfoque nas atribuições da DEF, que chefiava, e colocou-me perante as responsabilidades que me esperavam, caso aceitasse tomar o leme dos projetos e atividades que a Comissão pretendia desenvolver no domínio da educação, dando continuidade ao trabalho realizado por Fernanda Henriques. No final, expressou uma única nota de preocupação: estaria eu preparada para a alteração dos meus horários de trabalho e para o acréscimo de tempo de deslocação diária pelo facto de ir trabalhar para mais longe de casa? A permanente atenção ao bem estar das pessoas que com ela trabalhavam foi uma tônica sempre presente no exercício da sua função de chefia. Rigor no trabalho, estima nas relações. Com a Maria de Souza trabalhávamos como uma equipa para a prossecução de um objetivo comum e, daí, nasceu uma sólida amizade.

Informalmente, porém, já nos conhecêramos no Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, que, em 1994, reuniu centenas de investigadoras

e de investigadores de vários países num evento gigantesco, promovido pela CIDM e realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Enquanto corria de sala em sala, tentando ouvir o máximo possível das muitas comunicações que desfilavam em sessões paralelas, ia-me cruzando recorrentemente com uma personagem omnipresente, que me disseram ser a grande organizadora daquele acontecimento ímpar: Maria Reynolds de Souza. Com ela trabalhara, com elevado profissionalismo, Fátima Barbosa. Em 1995, já a trabalhar na Comissão, pude assistir à fase final de preparação da publicação das Atas do *Rosto Feminino da Expansão Portuguesa* (Lisboa, CIDM, 1995). Centenas de artigos foram coligidos em milhares de páginas, organizadas e revistas por uma pequena equipa coordenada pela Zinha e de que fizeram parte, tanto quanto me lembro, Teresa Joaquim, Dina Canço, Isabel de Castro e Pedro Pires. Dois volumes de conteúdo extraordinariamente rico, atestam a magnitude da iniciativa e constituem, ainda hoje, um recurso incontornável para quem trabalha na área dos estudos sobre as mulheres. Alguns dos textos constituem, ainda hoje, abordagens inovadoras que mereceriam ser retomadas.

A importância conferida ao conhecimento e aos Estudos sobre as Mulheres, como forma de sustentar as políticas para a igualdade, foi uma das vertentes mais significativas do trabalho de Maria de Souza, como também de Regina Tavares da Silva, na Comissão. Nas décadas de setenta e de oitenta, a Comissão, secundando as tendências internacionais, foi pioneira na dinamização dos estudos sobre as mulheres em Portugal, realizando seminários sobre o tema, estimulando a investigação e, por fim, promovendo a criação da APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, em 1991. Maria Reynolds de Souza foi uma das suas sócias fundadoras.

O seu interesse pela investigação, nomeadamente no que dizia respeito à participação das mulheres na vida política, levou-a a encetar uma investigação sobre



**Teresa Pinto
e Maria Reynolds
de Souza**

Seminário
*Coeducação: do Princípio
ao Desenvolvimento de
uma Prática*, 2001.

Col. particular

“As primeiras deputadas portuguesas”, que apresentou no Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa, realizado em 1985 sob a égide da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Quase duas décadas depois, o tema continuava por explorar e Maria de Souza retoma a investigação, consultando exaustivamente Pareceres da Câmara Corporativa, Diários das sessões da Assembleia Nacional entre outra vasta documentação. Recordo o entusiasmo com que progredia na recomposição dos avanços e recuos do acesso das mulheres ao sufrágio e ao exercício de cargos de representação política. Os resultados das suas pesquisas materializaram-se em verbetes inseridos em dicionários especializados, como o *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974*, coordenado por Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (Lisboa, UL-AR, 2005) e o *Dicionário no Feminino*, dirigido por Zília Osório de Castro e João Esteves (Lisboa, L. Horizonte, 2005). Num volume da coleção Fio de Ariana, intitulado *A concessão do voto às portuguesas* (Lisboa, CIDM, 2006), Maria Reynolds de Souza disponibilizou uma síntese do tema, acompanhada de uma cronologia e de uma antologia, materiais suscetíveis de exploração pedagógica. Dando continuidade à elaboração de biografias de mulheres que exerceram cargos políticos em Portugal, de que destaco a síntese rigorosa e completa sobre Maria de Lourdes Pintasilgo, Maria Reynolds de Souza participou com verbetes na obra *Feminæ. Dicionário Contemporâneo*, dirigida por João Esteves e Zília Osório de Castro (Lisboa, CIG, 2013).

Muitas foram as iniciativas pioneiras de Maria de Souza. Lembro que a ela se deve o primeiro levantamento de cursos, disciplinas e centros de investigação em estudos sobre as mulheres em funcionamento nas universidades portuguesas. Preparado em 2001, para um dos seminários internacionais do projeto *Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática* e publicado em *A profissão docente e os desafios da Coeducação* (Lisboa, CIDM, 2001), foi posteriormente atualizado e publicado no *Notícias da CIDM*. Quase quinze anos volvidos, faltam-nos atualizações regulares daquele levantamento, que nos permitiriam traçar a evolução dos estudos sobre as mulheres e do género nas universidades nacionais. Era o sentido profundo de serviço à comunidade que norteava as iniciativas de Maria de Souza e a impeliavam a desenvolver ou orientar trabalhos que permitiam à Comissão cumprir a sua missão como mecanismo nacional para a igualdade, disponibilizando diagnósticos sobre áreas onde a integração da dimensão de género e a promoção da igualdade entre mulheres e homens se mostrava lacunar ou incipiente e nas quais urgia definir estratégias eficazes de intervenção e de mobilização de parcerias.

Neste contexto, lembro também que foi graças à sua persistência e a um conjunto de sinergias que se publicaram os primeiros textos explicativos sistemáticos em língua portuguesa sobre a estratégia de mainstreaming, da autoria de Manuela

Silva, uma das peritas que integrou o grupo constituído pelo Conselho da Europa para investigar conceitos e práticas para a integração da dimensão de género nas políticas públicas (*A igualdade de género. Caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva*, Lisboa, CIDM, 1999).

A atenção permanente à dinâmica internacional norteava todas as ações da CIDM, em particular da DEF. Aprendi na CIDM que não só a Europa e as Nações Unidas eram fonte de mudança para a sociedade portuguesa, como também a presença das técnicas da CIDM nos *fora* internacionais se traduzia em propostas inovadoras a nível internacional. Quando integrei a CIDM, vivi em primeira mão os relatos da Conferência de Pequim. Foi uma espécie de curso intensivo, no qual desfilavam as Conferências Mundiais das Nações Unidas sobre as Mulheres que precederam a de Pequim (1975 na Cidade do México, 1980 em Copenhaga, 1985 em Nairobi) e se cruzavam os principais avanços conseguidos em cada uma delas com os que decorriam de outras Conferências Mundiais onde as questões da igualdade entre mulheres e homens transversalizavam problemáticas globais de desenvolvimento, como as do ambiente (Rio de Janeiro, 1992), Direitos Humanos (Viena, 1993) e População (Cairo, 1994). Ouvir as experiências vivenciadas por Regina Tavares da Silva, Maria Reynolds de Souza e Ana Vicente nas negociações dessas conferências permitia-me assimilar, simultaneamente, a evolução teórica, concetual e estratégica da problemática da igualdade entre mulheres e homens e a história da Comissão. A experiência da Conferência de Copenhaga, partilhada por Maria de Sousa, assumia para mim uma importância central. Nela se sublinhara que não bastava a consagração jurídica dos direitos, mas que o seu exercício efetivo deveria ser garantido através de maior vontade política dos Estados e de estratégias de envolvimento da sociedade no seu todo. Neste contexto, uma das esferas de atuação prioritária definida em Copenhaga foi a da educação. A documentação produzida e as iniciativas realizadas nos países nórdicos nos anos oitenta continuavam a servir de modelos para países da Europa do sul, como Portugal.

Os meses que se seguiram à Conferência de Pequim foram, pois, férteis em informação e debate, quase diário, sobre o teor dos documentos nela aprovados. A interpretação de cada parágrafo da Plataforma de Ação transformava as reuniões da DEF em autênticos cursos de formação. Mais tarde, a decisão da sua tradução pela DEF, foi um processo que Maria de Souza conduziu com competência, estimulando o debate sobre os conceitos de modo a escolhermos o termo mais adequado em português para garantir a máxima fidelidade ao texto original.

Durante todos os anos em que trabalhei na DEF sob a batuta da Maria de Souza, esta manteve a prática de convocar todos os elementos da DEF para *briefings*, sempre que alguma técnica regressava de uma reunião internacional, o que

acontecia, na época, com muita frequência. Tomar conhecimento dos assuntos debatidos, da posição de cada país, debater o papel da CIDM face a novas orientações aprovadas, sobretudo a nível do Conselho da Europa e das Nações Unidas, de onde provinham os documentos mais inovadores relativamente à igualdade entre mulheres e homens, fazia parte do quotidiano da DEF. Além dos assuntos internacionais, qualquer atividade em curso na DEF era motivo de partilha. As reuniões constituíam momentos formativos fundamentais, pois permitiam-nos compreender os fundamentos do trabalho que realizávamos e pensar sobre os objetivos e as estratégias de intervenção nas nossas áreas de atuação. A partilha de experiências e conhecimentos era fundamental, sobretudo para as mais novas, que muito beneficiávamos do enorme saber das mais experientes, que não deixavam de manifestar interesse pelo que nós pensávamos. Integridade e humildade eram grandes virtudes que pautavam o nosso quotidiano. O que fazíamos ganhava sentido, porque trabalhávamos conscientemente em prol da igualdade, cumprindo a nossa parte da missão da CIDM e contribuindo para a definição das suas linhas de ação.

No cumprimento das suas funções de chefia, a Maria de Souza era muito firme na coordenação e distribuição do trabalho, sem nunca deixar de ter em conta a adequação de cada tarefa às nossas características e competências. Nunca deixava, porém, de nos colocar face a novos desafios, estimulando-nos a ultrapassar patamares de conforto e empurrando-nos para situações novas que exigiam esforço e aprendizagem. Éramos chamadas a ter iniciativas próprias, a contribuir com as nossas competências e os nossos saberes para a prossecução dos objetivos da instituição. Sabíamos, contudo, que podíamos contar com o apoio incondicional da nossa chefe. A sua porta estava sempre aberta para as nossas dúvidas, problemas e aflições. Mas também éramos convidadas a refletir sobre os mais variados temas e questões. Com frequência, quando passava no corredor à sua porta, era interpelada pela Zinha: "Teresa, ajude-me a pensar sobre isto...". O meu contributo era diminuto, mas a Zinha gostava de pensar com..., de partilhar conhecimentos e interrogações, de ouvir o que pensávamos sobre assuntos mais polémicos ou sobre a melhor estratégia para conseguir desenvolver um determinado projeto ou objetivo. Com ela, a ação resultava sempre de uma forte componente de conhecimento e reflexão. A conceção precedia a ação e nós éramos chamadas a participar ativamente nas duas componentes do labor da DEF e da Comissão. Garantia, assim, a nossa chefe, uma elevada produtividade e resultados extraordinários para uma equipa tão reduzida. Alentava-nos o reconhecimento interno e externo do nosso trabalho. A Zinha nunca se esquecia de registar publicamente e por escrito um louvor aos elementos da equipa que mais tinham contribuído para o sucesso de cada iniciativa.

Rigorosa, íntegra e justa. Assim é Maria Reynolds de Souza. ■

Zília Osório de Castro

Sementes de vida

É com muita alegria que em meu nome pessoal e no de *Face de Eva Estudos sobre a Mulher* acedo com muito gosto à solicitação da Senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), Dr.^a Fátima Duarte para participar nesta justa homenagem, com a singeleza deste texto. Tem sido uma constante da Revista com o nome acima

mencionado dar visibilidade às mulheres, tantas vezes esquecidas, ignoradas e silenciadas, apesar da presença inconfundível no decorrer do dia-a-dia das suas vidas, refletida nas relações de amizade que criaram, nas atividades que exerceram, na colaboração prestada para a construção de uma sociedade mais justa em termos globais e mais solidária nas suas particularidades. Neste sentido, evidenciam-se ali com o mesmo sentido com que hoje se evoca Maria Reynolds de Sousa, a Zinha para os mais próximos.

Maria Reynolds com a sua vida tem contribuído para aquela ambivalência. Calma e empenhada, dizendo as coisas certas nas horas certas, manifestando a sua opinião mesmo discordando do que acabava de ser enunciado, coerente com os seus princípios, totalmente responsável nas tarefas que assume, perfeccionista em tudo o que se dedica, eis alguns dos seus predicados. A estes se juntam muitos outros, em que os afetos familiares e a construção das amizades não serão as menores.

Sem recordar ao certo quando e onde nos encontrámos pela primeira vez, lembro bem o dia em que me abordou sobre a possibilidade da irmã Teresa publicar nas *Faces de Eva* a correspondência enviada por Veva de Lima a Alfredo Pimenta, que ela tinha em seu poder. O interesse mútuo era mais que evidente e logo se iniciaram os trâmites da publicação. *Faces de Eva* tinha, assim, o privilégio de conhecer e divulgar o perfil de uma mulher singular pelo temperamento e cultura que marcou a sociedade do seu tempo. Ali viveu, manifestando personalidade forte e sem preconceitos. Ligada por laços familiares ao grupo dos Vencidos da Vida, relacionou-se pelo casamento com a intelectualidade internacional. Recusando-se a ficar na sombra, criou em sua casa um salão que funcionava como uma verdadeira tertúlia. Pela pena da irmã e pela proximidade que sempre as ligou, Maria Reynolds participou na divulgação de aspetos sociais e culturais de Lisboa entre meados de 1916 e 1935, elucidativos sobre diversos pontos de vista, entre os quais o conhecimento de particularidades da condição feminina da época.

Veva de Lima, Teresa Pimenta, Maria Reynolds, três nomes. Três nomes de mulheres que reavivam a memória do passado, tornando-o presente, por participarem com as suas potencialidades próprias, num processo comum que reflete, nas suas linhas gerais a visibilidade de personalidades femininas. Deste modo, por

caminhos diversos, aludia-se à menoridade apontada não raras vezes às mulheres que, quando libertas de restrições e limitações, legitimamente iriam conquistar a dignidade inerente à sua realização como pessoas, atuando com os atributos que lhe eram próprios. A memória possibilita estabelecer laços de continuidade entre passado e o presente e, ao mesmo tempo, permite construir o “novo” pelo olhar com que se avalia um e outro. Isto significa que a visibilidade de qualquer desta dupla faceta contribui para a identidade feminina dinamicamente conceptualizada. A personalidade única de cada mulher, inserida no processo histórico, ao resistir à tentação de formular estereótipos, sempre limitadores e massificadores, emerge com os predicados que lhe são próprios e que marcam a sua presença no mundo em que vive.

Deste modo, o nosso olhar sobre estas mulheres, separadas pelas circunstâncias, mas unidas pela sua própria condição num mundo masculinizado, revela que são muitos os caminhos da diferença, passíveis de ser conjugados numa só realidade. Cada mulher traz consigo uma imagem de identidade com raízes no ontem e projetadas no amanhã apela sua presença no hoje que, embora não detenha o exclusivo enquanto ser humano, é inseparável das dificuldades encontradas na reconstrução ou reconhecimento da sua humanidade. Conhecer este percurso, feito de vitórias e derrotas, de argumentos enunciados e de práticas experimentadas, não é um simples exercício académico centrado na narrativa do que aconteceu e como aconteceu, mas traz consigo uma mensagem que é ao mesmo tempo um desafio. A expressão de humanidade presente nos atos humanos, não só os caracteriza como tais, como contém um incentivo á continuidade na sua concretização.

Radica aqui a ideia de que a identidade feminina, ou feminista enquanto expoente da personalidade da mulher, se insere num processo histórico de que a consciência e a experiência fazem parte e que, por isso mesmo, acolhe o discurso da realidade social que radica na perspetiva histórica de ambas. As mulheres e as sociedades são porque outras o foram, sendo irrecusáveis os reflexos positivos ou negativos entre as respetivas realidades. A emergência a todos os níveis das mulheres na individualidade das suas pessoas nas sociedades hodiernas e o seu progresso na afirmação face ao mundo masculino não nasceu do nada. Resultou, afinal, de uma tomada de consciência individual e coletiva que foi conquistando espaço nos modos de estar e de viver, numa dialética que ainda está em curso. Embora se entenda que o espaço seja uma condição do ser na sua dimensão vivencial, não se infere daí que seja um dado adquirido, mas antes uma potencialidade a atualizar. Consequentemente, a espacialidade, embora entendida como uma expressão de identidade própria, implica uma conquista pessoal e, por isso mesmo, envolve um projeto de vida adequado. Esta noção de espaço traz consigo a ideia de



Zília Osório de Castro

Congresso
Internacional
O Rosto Feminino
Feminino da
Expansão Portuguesa,
novembro, 1994.

Arquivo Histórico CIG

um caminho a percorrer. Caminho em que cada mulher é insubstituível. Caminho sempre inacabado dada a finitude do ser humano, mas sempre a percorrer dentro de uma mesma finalidade, e como tal, abrangendo cada minuto de vida.

Aliando a reflexão acabada de expor ao caso concreto das três personalidades femininas acima referidas, verifica-se que para além dos diferentes caminhos percorridos – dois marcados já pela finitude e o outro por potencialidades ainda atuantes – todas se igualam por não prescindirem de construir o seu espaço na sociedade que as viu nascer. Todas se distinguem como MULHERES. Todas ocupam o lugar de mulheres. Todas são a expressão da sua condição de mulheres. Dando agora atenção à Maria Reynolds, pela sua especial ligação a *Faces de Eva*, saliente-se que, para além da presença nas suas atividades e no contributo para a publicação da correspondência de Veva de Lima para Alfredo Pimenta, se responsabilizou pela tarefa mais cansativa de coordenar um dos números da revista, o número 22, de 2009, onde publicou o texto intitulado *O Noelismo em Portugal* (pp. 113-128) que, pela sua originalidade e atualidade ficou como um marco na história das associações católicas femininas em Portugal. Teve como colaborador nesta tarefa o Prof. Doutor Paulo Fontes, da Universidade Católica Portuguesa, e especialista da temática, com quem manteve assídua cooperação.

Com esta iniciativa, Maria Reynolds manifestou algumas das facetas já referidas da sua personalidade: capacidade organizativa, responsabilidade construtiva, acolhimento das normas prescritas. Neste último aspeto lembro como tratou a imperiosa redução de caracteres nos textos apresentados para publicação. Foi também absolutamente impecável na promoção da reunião que se realizou na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com o objetivo de estabelecer o diálogo entre as noelistas mais antigas e as atuais para colher testemunhos do impacto de um movimento que marcou, em determinada época, sobretudo nos anos 50/60, a sociedade portuguesa. Não se poupou a esforços para

transmitir os objetivos do encontro, elaborou um guião com as questões a tratar, enviou as convocatórias. O resultado foi um êxito e *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* publicou as intervenções no item *Diálogos* do citado número 22 da Revista, intitulado “A União Noelista Portuguesa, um Movimento Católico de Mulheres”. No depoimento que prestou nesta altura, transparecem algumas facetas na sua personalidade. Fala em “alegria de viver”; fala que se lhe “abriram janelas para o mundo” e que para além do restrito círculo familiar “havia mais coisas e era interessante singrar por elas”; fala que foi o pai que incentivou a sua ida para as noelistas, pois “tinha horror das beatas e da religião «pobrezinha», isto é, de uma religião de rotina, sem sentido e sem tradução na prática da vida” (p. 145). Enfim, o espaço de Maria Reynolds, a sua personalidade e identidade como mulher, contou como uma faceta entre outras, com experiência que ali relatou.

Sendo assim, seguindo este exemplo o espaço que cada mulher cria para si e na sua relação com os outros, não tem um sentido único nem uma faceta única. A pluralidade no sentido da personalidade tem, como índice identificador, a sua realidade como ser pensante e, daí, como criador da própria realidade vivencial e assente na essencialidade da sua natureza. Tudo isto existe no trajeto de vida de Maria Reynolds como mulher individual com laços sociais, criadora do seu espaço a estes dois níveis, numa atitude que sintetizou nestas palavras: “Escrever nomes leva-nos a «reconhecer» pessoas, a reviver atitudes, palavras e gestos bem individualizados. E a recordar, com respeito e gratidão, as noelistas cuja força de convicções, transmitidas com inteligência, dedicação, disponibilidade e alegria, permitiram a tantas e tantos a descoberta de um sentido para a vida”¹.

Estas palavras, escritas na sequência do relato da sua experiência como noelista, completam-se com mais uma expressão da sua personalidade e do seu sentido dos outros. Refiro-me à visita que ambas fizemos a uma mulher verdadeiramente extraordinária: Madalena Cabral. A Zinha havia considerado indispensável que *Faces de Eva* a ouvissem relatar aspetos marcantes da sua vida, em que com entusiasmo e alegria, se empenhou em concretizar projetos dotados de originalidade e de espontaneidade. Entre estes conta-se o seu pioneirismo na criação, na década de 50 do século XX, do Serviço Educativo de um Museu em Portugal, e a integração no Movimento de Renovação de Arte Religiosa, dedicando-se à paramentaria. Animadamente, descreveu a amiga com palavras que são um livro de sensibilidade: “A sua voz é forte como sempre a ouvimos, expressiva e comunicativa. Ri com gosto. O olhar vivo, direto, olha, vê, compreende, entende, percebe: pintura, cidades, o coração da gente. As mãos inesquecíveis, grandes, de gesto certo, que vimos desenhar, escrever, compor e ordenar objetos, ambientes, e também

1. Maria Reynolds de Souza – “O Noelismo em Portugal”. *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*. N.º 22 (2009), pp. 123.

cozinhar, tratar de roupa, talhar e coser, jardinar cuidar de saudáveis e doentes. «Para as coisas saírem bem, é preciso fazê-las com intenção», frase sua” ².

Sensibilidade manifestada igualmente ao descrever a nossa ida ao Porto, onde a Madalena residia, para nos relatar a sua experiência de vida. Recebeu-nos em sua casa. E Maria Reynolds relata; “A janela estava aberta, e convidava a observar o exterior. Levou-nos à varanda para apreciar o seu «jardim» de vasos com fetos frondosos e descreveu com maestria a cidade que dali se avista. Os quintais contíguos que lhe desafoam o espaço, o arranha – céus mesmo ao lado que não chega a incomodar, o horizonte amplo que se desdobra em frente e quase permite ver o sol a pôr-se ao longe. E, logo ali, de umas simples traseiras do Porto, traçou uma interessante paisagem, colorida e humana!” ³. O relato de vida que Madalena expôs com simplicidade e entusiasmo excedeu as nossas expectativas. O seu lema «olhar e ver», como a melhor forma de observar, e depois agir, marcou o seu espaço de mulher. Uma mulher no seu tempo e para além dele. Uma mulher, repita-se, que ocupou o seu espaço, vivendo.

Para terminar importa salientar na ligação de Maria Reynolds a *Faces de Eva* a sua participação nos dois volumes do dicionário sobre o mundo das mulheres: *O Dicionário no Feminino* (Lisboa, 2005) e *Feminae. Dicionário Contemporâneo* (Lisboa, 2013). As «entradas» que elaborou para um e para o outro, participam da mesma exigência pela objetividade e pela fidelidade aos factos investigados, que está, aliás, de acordo com o espaço de identidade e de personalidade que tem conquistado com as ações praticadas de acordo com a sua opção individual de vida. Tendo procurado viver como pessoa, o seu contributo para a emergência de uma outra sociedade mais humana é uma realidade. Ao intervir no devir tem, sem dúvida, a certeza de que vale a pena viver a vida, e de que as sementes caídas em terra fértil dão sempre o seu fruto. ■

2. Maria Reynolds de Souza – “Madalena Cabral”. *Faces de Eva. Estudos sobre as mulheres*. N.º 21 (2009), pp. 181.

3. *Idem, ibidem*, pp. 181.

Apontamento biográfico

Maria Reynolds de Sousa

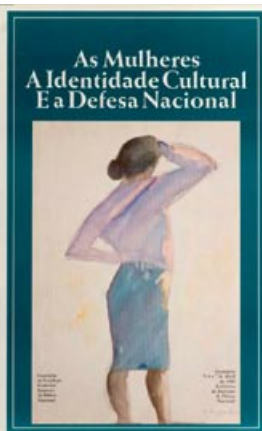


[Algumas] Datas e factos significativos

- 1934** • Maria Viegas Pimenta Reynolds de Souza nasce a 8 de maio de 1934, natural de S. Sebastião da Pedreira, Lisboa;
- Filha de Alfredo Manuel Carvalho Pimenta e de Maria Clarisse Tavares Heitor Viegas Pimenta;
 - Casa com Henrique José Anjos Reynolds de Souza;
 - Tem duas filhas e dois filhos: Maria de Madre de Deus Pimenta Reynolds de Sousa, Inácio Pimenta Reynolds de Sousa, Domingos Pimenta Reynolds de Sousa, Maria Francisca Pimenta Reynolds de Sousa;
 - É licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
-
- 1976** • Sob proposta de Ivone Leal, e devidamente autorizada pelo Comité Executivo, entre maio e julho, é monitora dos grupos de estudantes do Serviço Cívico programado e orientado pela Comissão da Condição Feminina (CCF).
- 1977** • Ingressa na Função Pública, a 2 de maio, em regime de prestação de serviços, na CCF, ainda em regime de instalação;
- Pertence à equipa de redação do *Boletim* da CCF;
 - Nomeada Técnica Superior de 1ª. Classe do Quadro de Pessoal da Comissão da Condição Feminina, 28 de dezembro.
- 1978** • Coordena, juntamente com Ana Vicente (outubro de 1978/dezembro de 1981), um projeto de informação, educação e comunicação sobre planeamento familiar, com o apoio técnico e financeiro do Fundo das Nações Unidas para as Atividades da População (FNUAP).
- 1980** • Coordena a publicação *Portugal – Situação das Mulheres* (1980-1991).
- 1984** • Nomeada Técnica Superior Principal;
- Inicia a investigação “sobre a Presença das Mulheres no Parlamento Português”.
- 1985** • Apresenta a comunicação “As primeiras deputadas portuguesas” no Colóquio *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Visão Histórica e Perspetivas Atuais* promovido pelo Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 20 a 22 de março;
- Coordenadora do *Notícias* da Comissão da Condição Feminina (1985-1991).
- 1986** • Coordenadora da Coleção *Cadernos Condição Feminina* (1986-1991);
- Representante da área da condição feminina no Conselho de Publicidade, Ministério do Plano e da Administração do Território;
 - Representante da CCF na Rede Europeia de Estudos sobre as Mulheres (ENWS - do Conselho da Europa).

- 1987** • Responsável pela organização do Seminário *As Mulheres Agricultoras*, Caldas da Rainha, janeiro (em colaboração com a Comissão das comunidades Europeias), e das respetivas atas.
- 1989** • Responsável pela organização do Seminário *As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional*, Lisboa, abril, (em colaboração com o Instituto de Defesa Nacional), e das respetivas atas;
 - Enquanto responsável do Serviço de Informação participa na 18.ª reunião do Comité Consultivo da CEE para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, Bruxelas, dezembro;
 - Participa na reunião da Rede Europeia de Estudos sobre a Mulher, Haia, dezembro.
- 1990** • Reunião da Rede Europeia de Estudos sobre a Mulher, Paris, 2 e 3 de maio;
 - Enquanto coordenadora do Serviço de Informação participa na reunião do Comité Consultivo para a Igualdade da CEE, Bruxelas, 28 e 29 de maio;
 - Nomeada Assessora do Quadro da CCF;
 - Responsável pela organização do Seminário *Igualdade, Democracia e Direitos Humanos*, Lisboa, maio (com o patrocínio do Conselho da Europa, da Procuradoria Geral da República, do Provedor de Justiça e do Instituto de Defesa Nacional), e das respetivas atas;
 - Coordenadora das ações da CCF com os meios de comunicação social.
- 1991** • Participa na reunião da Rede Europeia de Estudos sobre as Mulheres, Haia, 16 e 17 de abril;
 - Responsável pela organização do Seminário *A Maternidade – Mitos e Realidades*, Lisboa, novembro, e das respetivas atas.
 - Nomeada Chefe de Divisão de Documentação, Informação e Publicações da CIDM (setembro de 1991 a fevereiro de 1992);
 - Coordenadora da revista *Notícias* até 1991.





Maria Reynolds de Sousa, por ocasião do Seminário *As Mulheres, a Identidade Cultural e a defesa Nacional*, Lisboa, 1989.

Arquivo Histórico CIG

- 1992** • Passa a integrar a Divisão de Estudos e Formação;
 - Passa a fazer parte da equipa redatorial da revista *Notícias*;
 - Participa no programa televisivo *Agora é que são elas*, RTP Norte, para falar sobre o "Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas";
 - Responsável pela organização do Seminário *Construir a Igualdade*, Lisboa, 28 a 30 de maio, (em colaboração com a Comissão da Comunidade Europeia e com o IEFP, no âmbito da Presidência Portuguesa da Comunidade Europeia), e das respetivas atas.
- 1993** • Responsável pela organização do Seminário *Estudos sobre as Mulheres*, janeiro 1993, Lisboa (em colaboração com a Comissão da Comunidade Europeia e a APEM), e das respetivas atas;
 - Participa nas reuniões do GRIF, no âmbito do Projeto GRACE, sobre o tema "Estudos sobre as Mulheres – novas tendências?", Bruxelas, 1 e 2 de março, 11 e 12 de maio e 26 e 27 de outubro;



Publicações produzidas no âmbito dos projetos na área do Planeamento Familiar.

Biblioteca CIG

- Participação na Conferência Internacional *From Dictatorship to Democracy: Women in Mediterranean, Central and Eastern Europe*, Barcelona, setembro, onde apresenta uma comunicação sobre “O movimento de mulheres e o feminismo em Portugal, no contexto da passagem da ditadura à democracia”.
- 1994** • Chefe de Divisão de Estudos e Formação (1994-2001);
 - Responsável pela organização do Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, integrado nas atividades de Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura, Lisboa, novembro (com o apoio de diversas entidades), e das respetivas atas;
 - Enquanto Chefe de Divisão propõe a atribuição de louvores às suas colaboradoras.
- 1995** • Nomeada Assessora Principal do Quadro da CIDM, março.
- 2000** • Chefia a equipa que prepara a Conferência Internacional *Violência contra as Mulheres: Tolerância Zero – Encerramento da campanha Europeia*, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, 4 a 6 de maio;
 - Participa na conferência *L'Egalité entre Femmes et les Hommes: un Droit Fondamental*, organizada pela Association des Femmes de l'Europe Méridionale (AFEM), Paris, 21 a 23 de setembro.
- 2001** • Deixa de exercer o cargo de Chefe de Divisão de Estudos e Formação, 16 de outubro.
- 2004** • Responsável pela organização do Seminário *Género e Desenvolvimento, Igualdade e Democracia na CPLP*, Lisboa, março (em colaboração com a CPLP e o IPAD);
 - Requer a aposentação, que lhe é concedida a partir de maio.



Cartaz do Seminário
Europeu *As Mulheres
Agricultoras*, janeiro, 1987.

Cartaz do Seminário
Estudos sobre as Mulheres,
Lisboa, 1993.

O ROSTO FEMININO DA EXPANSÃO PORTUGUESA CONGRESSO INTERNACIONAL

21-25
NOVEMBRO 1994

LISBOA • PORTUGAL
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Integrado nas Comemorações



Com o apoio das Organizações
não Governamentais do Conselho
Europeu da C.I.D.M.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

Cartaz do Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*,
integrado nas atividades de Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura, Lisboa, 1994.

Arquivo Histórico CIG

Bibliografia de Maria Reynolds de Sousa

(Co)Autora

Albuquerque, Maria de Lurdes Filomena Figueiredo de / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 107-108.

Almeida, Alda da Conceição Dias Carreira de / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 113-114.

Ana Coucello eleita vice-presidente do Lobby Europeu de Mulheres / Maria Reynolds de Sousa. **Notícias**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. N.º 63 (jul./ago./set. 2002), pp. 13.

Aurora de Oliveira Fonseca / Maria Reynolds

de Sousa. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 130-131.

Beija, Luzia Neves Pernão Pereira / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 248-251.

Botelho, Maria Leonor Correia / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 274-277.

Carvalho, Domitila Hormizinda Miranda de / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-**

1974). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 363-365.

Clemência Dupin de Seabra / Maria Reynolds de Sousa. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 222.

A concessão do voto às portuguesas: breve apontamento / Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006. (Fio de Ariana; 3).

A concessão do voto às portuguesas: breve apontamento / Maria Reynolds de Sousa. 2ª ed. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. (Fio de Ariana; 3).

Custódia Lopes / Maria Reynolds de Sousa. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 259-260.

Deputadas à Assembleia Nacional (1935-1974) / Maria Reynolds de Sousa. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 264-275.

Estudos sobre as mulheres em Portugal / Maria Reynolds de Sousa. In Pinto, Teresa (coord.) – **A profissão docente e os desafios da coeducação: perspectivas teóricas para práticas inovadoras**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2001. (Cadernos Condição Feminina; 60). pp. 21-28.

Family planning: how an information and education project was implemented / Commission on Status of Women; Ana Vicente, Maria Reynolds de Sousa. Lisbon: Commission on the Status of Women, 1984.

Gama, Maria Ângela Alves de Sousa Craveiro da / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.)

– **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).**

Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 695.

Garcia, Maria Luísa Frederica Meneses Moreira Ressano / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 700-701.

Gersão, Virgínia Faria / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 707-709.

Guardiola, Maria Baptista dos Santos / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 741-746.

Leal, Maria Joana Mendes / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-**

1974). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 802-803.

Lello, Lia Maria Mesquita Bernardes Pereira / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 814-815.

Lemos, Maria Ester Guerne Garcia del Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 816-820.

Lobo, Maria Teresa de Almeida Rosa Cárcomo / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 841-842.

Lopes, Custódia / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências

Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 1, pp. 849-851.

Madalena Cabral / Maria Reynolds de Sousa. **Faces de Eva. Estudos sobre a mulher.** N.º 21 (2008), pp.181-194.

Mafalda Ermelinda de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e Almeida / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 480-482.

Maria Camila Schröter Viana Carneiro Pacheco / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 519.

Maria Cândida Bragança Parreira / Maria Reynolds de Souza. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).** Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 601-602.

Maria Carlota Álvares da Guerra / Maria Reynolds de Sousa. **Notícias.** Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. N.º 63 (jul./ago./-set. 2002), pp. 17.

Maria da Graça Pinto Braga Heitor Catarino / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 573-574.

Maria de Lurdes Figueira Freire Salina da Silva Bruschy / Maria Reynolds de Souza. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).** Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 646-647.

Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 587-594.

Maria Isabel Cortez Pinto Pimentel / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 640-642.

Maria José de Abreu do Couto de Amorim Novais / Maria Reynolds de Souza. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).** Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 705.

Maria José de Mendonça / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.)

– **Feminae: dicionário contemporâneo.**

Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 651-654.

Maria Leonor Correia Botelho / Maria Reynolds de Souza. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).** Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 715-717.

Maria Luísa de Saldanha da Gama Van Zeller / Maria Reynolds de Souza. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).** Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 724-727.

Maria Luísa Frederica Menezes Moreira Ressano Garcia / Maria Reynolds de Souza. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).** Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 728-729.

Maria Madalena de Azevedo Duarte de Sousa Gerbet / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 684.

Maria Madalena Valdez Trigueiros de Martel

Patrício / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 684-686.

Maria Teresa Navarro / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp. 713.

Maria Velho da Costa – Prémio Camões / Maria Reynolds de Souza. **Notícias.** Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. N.º 63 (jul./ago./set. 2002), pp. 17.

Marvão, Josefina da Encarnação Pinto / Maria Reynolds de Souza. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 75-76.

Mulheres nos Colégios Eleitorais do Presidente da República em 1965 e 1972 / Maria Reynolds de Souza. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).** Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 781-787.

Noelismo em Portugal / Maria Reynolds

de Sousa. **Faces de Eva. Estudos sobre a mulher.** N.º 22 (2009). pp. 113-123.

Novais, Maria José de Abreu do Couto Amorim / Maria Reynolds de Souza. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 237-238.

Oliveira, Maria de Lurdes Cardoso de Meneses / Maria Reynolds de Souza. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 273-274.

Oliveira, Maria Luísa de Almeida Fernandes Alves de / Maria Reynolds de Souza. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 274-275.

Parreira, Maria Cândida Bragança / Maria Reynolds de Souza. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia

da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 293-295.

Pintasilgo, Maria de Lurdes Ruivo da Silva Matos / Maria Reynolds de Souza. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 345-351.

Planeamento familiar em Portugal: como se desenvolveu um projecto de informação e educação / Ana Vicente e Maria Reynolds de Souza. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1983. (Planeamento familiar. Ser responsável pelo nascimento dos nossos filhos).

As primeiras deputadas portuguesas / Maria Reynolds de Souza. In Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais, Coimbra, 1985 – *Actas*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986. Vol. 2, pp.427-444.

Procuradoras à Câmara Corporativa (1935-1974) / Maria Reynolds de Souza. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).** Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 818-824.

Se a maternidade é uma função social eminente... / Maria Reynolds de Sousa.

Notícias. Comissão da Condição Feminina. N.º 6 (jan./fev./mar. 1988), pp. 27-29.

Seabra, Clemência Dupin de / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 545.

Teresa Paula de Oliveira Ricou / Maria Reynolds de Souza. In Esteves, J.; Castro, Z. O. (dir.) – **Feminae: dicionário contemporâneo**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013. pp.889.

Torres, Sinclética Soares dos Santos / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 709-711.

Van Zeller, Maria Luísa de Saldanha da Gama / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 727-731.

Vasconcelos, Maria Clementina Moreira da Cruz de Almeida Azevedo e / Maria Reynolds de Sousa. In Cruz, M. B.; Pinto, A. C. (dir.) – **Dicionário biográfico parlamentar (1935-1974)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Assembleia da República, 2004-2005. Vol. 2, pp. 736-737.

Virgínia Faria Gersão / Maria Reynolds de Souza. In Castro, Z. O.; Esteves, J. (dir.) – **Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. pp. 886-888.]

(Co)Coordenadora

As acções positivas e os obstáculos constitucionais e legislativos que dificultam a sua aplicação nos estados membros do Conselho da Europa: resumo de um estudo / Eliane Vogel-Polsky; preparam esta publicação Maria Reynolds de Sousa e Teresa Joaquim. 2ª ed. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991. (Cadernos Condição Feminina; 25).

Actas do Seminário Acções positivas, uma aposta para igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, Lisboa, 1989 / org. Comissão da Condição Feminina; colab. Comissão das Comunidades Europeias; prepararam

esta publicação Maria Reynolds de Sousa e Maria João Sande Lemos. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1989. (Cadernos Condição Feminina; 28).

Actas do Seminário Construir a igualdade, Lisboa, 1992 / org. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres; preparação da edição Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1993. (Cadernos Condição Feminina; 39).

Actas do Seminário Igualdade, democracia e direitos humanos / org. CIDM; preparam esta edição Maria Reynolds de Sousa e Isabel de Castro. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos das mulheres, 1991. (Cadernos Condição Feminina; 33).

Actas do Seminário As mulheres, a identidade cultural e a defesa nacional, Lisboa, 1989 / org. Comissão da Condição Feminina, Ministério da Defesa Nacional; preparou esta publicação Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão da Condição Feminina; 1989. (Cadernos Condição Feminina; 29).

Bernardino Machado, Alice Pestana: e a educação da mulher nos fins do século XIX / Elzira Maria Terra Dantas Machado Rosa; preparou esta publicação Maria Reynolds de Sousa.

Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1989. (Cadernos Condição Feminina; 27).

Cristina de Pisano e todo o universo das mulheres / Ivone Leal; preparação da edição Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999. (Cadernos Condição Feminina; 52).

O Direito Comunitário e a igualdade jurídica entre mulheres e homens / Comissão da Condição Feminina; prepararam esta publicação Maria Reynolds de Sousa e Maria da Conceição Brito Lopes. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1988. (Cadernos Condição Feminina; 23).

Faces de Eva. Estudos sobre a mulher / coord. Maria José de la Fuente, Maria Reynolds de Sousa. N.º 22 (2009).

Heroínas da expansão e descobrimentos / Maria Regina Tavares da Silva; preparou esta publicação Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1989. (Cadernos Condição Feminina; 31).

A igualdade de género: caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva / Manuela Silva; preparação da edição Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999.

(Cadernos Condição Feminina; 53).

Menopausa / trad. e adap. de Paula Bárcia; coord. Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1985. (Informar as mulheres; 7).

Menopausa / trad. e adap. de Paula Bárcia; coord. Maria Reynolds de Sousa. 2ª ed. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1988. (Informar as mulheres; 7).

Menopausa / trad. e adap. de Paula Bárcia; coord. Maria Reynolds de Sousa. 3ª ed. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1989. (Informar as mulheres; 7).

A mulher em textos e contextos: um recenseamento bibliográfico, tematicamente indexado sobre publicações periódicas portuguesas (1974-1988) / Luís Esteves de Melo Campos; coord. Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1989. (Cadernos Condição Feminina; 26).

As mulheres e a defesa nacional / Maria Carrilho; com a colaboração de Helena Carreiras; preparou esta publicação Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1990.

Mulheres portuguesas, ontem e hoje / Elina Guimarães; preparou esta publicação Maria Reynolds de Sousa.

3ª. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1989. (Cadernos Condição Feminina; 24).

Mulheres portuguesas: vidas e obras celebradas, vidas e obras ignoradas / Maria Regina Tavares da Silva, Ana Vicente; prepararam esta publicação Maria Reynolds de Sousa e Isabel de Castro. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, [199-]. (Ditos & Escritos; 1).

Planeamento familiar: o que é? / coord. Ana Vicente e Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1980. (Projecto de Informação, Educação e comunicação sobre Planeamento Familiar; 6).

Planeamento familiar: o que é? / coord. Ana Vicente e Maria Reynolds de Sousa; fotografia de Carlos Capucho e Manuel Vilas-Boas. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1991. (Planeamento familiar).

Plataforma de Acção da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres / revisão e coord. Maria Reynolds de Sousa, Ana Vicente; trad. Dina Canço. Lisboa: CIDM, 1997. (Agenda global; 2).

Portugal situação das mulheres 1985 / coord. Maria Reynolds de Sousa, Dina Canço. Lisboa: Comissão da

Condição Feminina, 1985.

Portugal situação das mulheres 1987 / coord. Maria Reynolds de Sousa, Dina Canço. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1987.

Portugal situação das mulheres 1988 / coord. Maria Reynolds de Sousa, Dina Canço. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1988

Portugal situação das mulheres 1989 / coord. Maria Reynolds de Sousa, Dina Canço. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1989.

Portugal situação das mulheres 1990 / coord. Maria Reynolds de Sousa, Dina Canço. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1990.

Portugal situação das mulheres 1991, coord. Maria Reynolds de Sousa, Dina Canço. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1992.

Portugal status of women 1988 / org. and compil. Maria Reynolds de Sousa, Dina Canço. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1988.

As portuguesas e a União Europeia: prospectiva para a acção / Manuela Silva, Heloísa Perista; prepararam esta

publicação Maria Reynolds de Sousa e Isabel de Castro. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. (Cadernos Condição Feminina; 44).

Sete décadas de feminismo / Elina Guimarães; prepararam esta publicação Maria Reynolds de Sousa, Isabel Castro e Catarina Chora. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, 1991. (Ditos & Escritos; 2).

O trabalho voluntário / coord. Ana Vicente, Maria Reynolds de Sousa; colab. de Maria João Sande Lemos; il. Isabel Vaz Raposo. Lisboa: Direcção-Geral da Família; Comissão da Condição Feminina, 1987. (Informar as Mulheres; 6).

Urdir a teia, tecer a vida: percurso feito em cúmplice sororidade com alguns grupos de mulheres do norte / Ana Maria Quintans Ferreira Braga da Cruz; preparou esta publicação Maria Reynolds de Sousa. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991. (Cadernos Condição Feminina; 32).

(Co)Redatora

1977-1984

Boletim [Comissão da Condição Feminina]. Lisboa: Comissão da Condição Feminina. N.º1 (jan. 1975) – n.º3/4 (jul./dez. 1984).

1985-1991

Notícias [Comissão da Condição Feminina]. Lisboa: Comissão da Condição Feminina. N.º0 (out. 1985) – N.º21 (out./dez. 1991).

(Co)Tradutora e (co)adaptadora

As comunidades de base / trad. Maria da Madre de Deus Pimenta de Sousa. Lisboa: Moraes Editores, 1973.

Os contestatários nos Estados Unidos / M. Semidei; trad. Maria da Madre Deus Pimenta de Sousa. Lisboa: Ulisseia, 1975.

Ecologia: caso de vida ou de morte / S. Mansholt [et al.]; trad. de Maria da Madre de Deus Pimenta de Sousa. Lisboa: Moraes, 1973.

Os Gregos na Jónia e no Oriente / J. M. Cook; trad. Maria da Madre de Deus Pimenta de Sousa. Lisboa: Verbo, 1971.

Os Gregos no Ocidente / A. G. Woodhead; trad. Maria da Madre de Deus Reynolds de Sousa. Lisboa: Verbo, 1972.

Méroe: uma civilização do Sudão / P. L. Shinnie; trad. Maria da Madre de Deus Pimenta de Sousa. Lisboa: Verbo, 1974.

Na política as Mulheres são Capazes / trad. e adap. de Maria Reynolds de Sousa e Dina Canço. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2001. (Bem-me-quer, 9).

Na Política as Mulheres são Capazes / trad. e adap. de Maria Reynolds de Sousa e Dina Canço. 2ª ed. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2008. (Bem-me-quer, 9).

O retorno dos astrólogos / P. Defrance [et al.]; trad. Maria da Madre de Deus Pimenta de Sousa. Lisboa: Moraes, 1972.

Sicília / B. Brea; trad. Maria da Madre de Deus Pimenta de Sousa. Lisboa: Verbo, 1972.

Revisora e (co)anotadora

Frei Luís de Sousa / introd., sel. e notas de Alfredo Pimenta. 2ª ed., rev. por Maria da Madre de Deus Pimenta Reynolds de Sousa. Lisboa: Liv. Clássica, imp. 1963.

Páginas minhotas. / A. Pimenta; notas de Maria Teresa Pimenta, Maria da Madre de Deus Pimenta Reynolds de Sousa. 2ª ed. Guimarães: Ópera Omnia, 2007.

